









Expediente

Cid Ferreira Gomes

Governador do Estado do Ceará

Evandro Sá Barreto Leitão

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social

Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

Coordenadora da Proteção Social Básica e Segurança Alimentar e Nutricional

Parceria

GAIS - Grupo de Apoio ao Investimento Social

APDMCE- Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância

Ficha Técnica

Elaboração

Marcia Maria de Medeiros Dutra

Maria Meirilene Lopes de Brito

Revisão

Rosilane Ribeiro

Ana Karla Dubiela

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração Eletrônica

Andrea Araujo e Mariana Araujo

Ilustração

Carlus Campos

Colaboradores

Rui Aguiar

M^a Amélia Prudente





Sumário

Primeira Estação	9
I. Construindo o Projeto Estação Família	10
1. Motivos para a Viagem	10
2. Contexto da Viagem	12
3. Porquê Fazer a Viagem	15
4. Quem Faz a Viagem Acontecer	16
Segunda Estação	19
II. Os Caminhos Escolhidos - Estratégias Metodológicas	22
Terceira Estação	43
III. Monitoramento e Avaliação - Ajustando os Vagões ao Percurso	44
Anexos	55
Anexo 1	57
Anexo 2	59
Anexo 3	69
Anexo 4	82
Bibliografia	93



CARO(A) COLEGA,

Este é um manual do Projeto Estação Família que chega até você para apresentar uma metodologia socioeducativa, que deverá ajudá-lo(a) na comunicação e, consequentemente, nos resultados do trabalho que você desenvolve junto às famílias cearenses. É uma oportunidade de integrá-lo(a) a um esforço coletivo, realizado pelos parceiros do Estação Família.

Nosso objetivo maior é a troca de aprendizagem entre as equipes do Projeto e as famílias, já que o conteúdo é o resultado de muitas horas de pesquisa, sistematização e também de lições aprendidas no decorrer das nossas práticas profissionais no campo social. Ele foi idealizado para funcionar como guia, orientador de princípios e diretrizes, e para comunicar, de maneira simples e objetiva, o processo metodológico do Projeto Estação Família. Para os educadores que querem aprofundar-se na temática, foi incluída, na parte final, uma bibliografia sobre os temas.

Esperamos que, ao final da leitura, este manual se torne um companheiro constante e indispensável, que irá orientar a sua prática, como técnico, aprimorar as habilidades e competências de assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais dos CRAS. O método e a troca de experiências servirão para facilitar a intervenção junto às famílias em situação de pobreza, identificando suas vulnerabilidades sociais e fortalecendo suas potencialidades. Nosso maior desejo é oferecer uma ferramenta que produza novos conhecimentos e novas vivências para as famílias e as equipes envolvidas no trabalho social.

A ideia é que o processo ensino aprendizagem ocorra de forma gradual, gerando mudanças positivas na unidade familiar e na prática profissional. Na evolução desse processo, dessa “viagem” de doze meses, a pobreza e as vulnerabilidades serão vistas cada vez menos como fatos naturais, à medida que se entenda que ambas são questões sociais produzidas pelo modelo desigual e injusto da sociedade capitalista.

Todo o texto foi concebido com linguagem técnica, mas acessível e leve, sem o rigor de um livro teórico. A formatação do manual mantém uma relação simbólica com uma estação ferroviária, onde os vagões do trem percorrem os diversos territórios cearenses, em um percurso socioeducativo que tem como destino final a ESTAÇÃO FAMÍLIA e todo o seu potencial de desenvolvimento humano.

Tome seu assento, contemple a paisagem e boa viagem!

As autoras



Apresentação







Primeira Estação



I. Construindo o Projeto Estação Família

O ponto de partida

1. Motivos para a viagem

>> Em 2006, no Estado do Ceará, um grupo de pessoas, representantes de entidades públicas governamentais e não governamentais, reuniram-se para discutir estratégias para o trabalho social com famílias, considerando a falta de ações com efetividade social no âmbito da família. Participaram desses encontros a Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará (APDMCE), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Escola de Dança (EDISCA) e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

>> O grupo intersetorial buscou conhecer experiências locais e internacionais. Uma das primeiras experiências observadas foi a do Projeto "A Vida é Feminina", realizado pela EDISCA. As mulheres que participavam desse projeto desenvolveram uma maior capacidade de enfrentar situações adversas, decorrentes da pobreza. "A Vida é Feminina" serviu como ponto de partida. Na sequência, houve encontros, capacitações e seminários, todos tendo como foco o tema "família".

>> Uma equipe de representantes institucionais do UNICEF, da APDMCE, do Estado e dos municípios cearenses visitou o Projeto Puente, uma estratégia vitoriosa do Governo do Chile no enfrentamento da pobreza.

>> Além dessas, o grupo intersetorial pesquisou e obteve informações de outros programas em diferentes estados como, São Paulo e Minas Gerais e a partir desses referenciais, foi construído o escopo do Estação Família

>> Os gestores municipais cearenses foram chamados a conhecer a proposta chilena e a do Estação Família, uma iniciativa da APDMCE, com o apoio da EDISCA e do UNICEF, que resultou na adesão de 22 municípios ao projeto. Posteriormente, com a entrada da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, mais 35 municípios participantes do Bolsa Cidadão, um projeto estadual de transferência de renda, foram agregados ao Estação Família, totalizando 57 municípios.

>> Com um processo de capacitação de 157 técnicos das equipes municipais, sob a responsabilidade da EDISCA, iniciou-se a implantação do Projeto Estação Família. O conteúdo reuniu as concepções teóricas e a metodologia do Projeto "A Vida é Feminina". Após concluir com êxito essa etapa, a EDISCA finalizou sua participação no projeto.

>> O segundo módulo de capacitação foi ministrado pelo SEBRAE e abordou a temática da inclusão produtiva, priorizando geração de renda, planejamento de negócios e empreendedorismo.

>> Em 2009, o Governo do Estado ampliou os recursos financeiros para o Projeto Estação Família, passando a atender 68 municípios. A seleção das novas cidades foi baseada no ranking do Índice de Vulnerabilidade Social Composto (IVSC), elaborado pelo Instituto de Planejamento e Estratégias do Ceará (IPECE) e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite¹. O IVSC classifica os municípios por situação de vulnerabilidade social e tem sido usado como parâmetro para o cofinanciamento de serviços e benefícios no âmbito da Assistência Social no Estado do Ceará.

>> Em função da implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o locus do Projeto é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), de cada município participante do Ceará.

>> A STDS, o UNICEF, a APDMCE e o Grupo de Apoio ao Investimento Social (GAIS), parceiros nesta ação, são corresponsáveis pela definição de diretrizes e decisões relacionadas à execução do projeto. Nessa cooperação valoriza-se o conhecimento e a prática profissional (expertise), o compromisso de todos e de cada um em particular, somando esforços para o alcance de resultados. Dessa maneira, colocou-se a locomotiva nos trilhos, e ao longo da viagem outros vagões serão acoplados dando forma ao nosso trem.

>> O Projeto Estação Família tem a finalidade de potencializar o desenvolvimento de competências e habilidades familiares, como estratégia para alcançar uma atenção e proteção social às famílias em situação de pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

¹ Comissão Intergestora Bipartite- CIB, é a instância de pactuação da Política de Assistência Social em nível estadual, prevista na Lei Orgânica da Assistência Social. É composta por representantes do Governo Estadual e de Governos Municipais segundo o porte dos Municípios. Na CIB são discutidas e pactuadas as estratégias de implementação do SUAS no Estado



2.Contexto da viagem

2.1. O Estação Família como serviço de proteção social básica com centralidade na família

Fim do século, começo de um novo milênio. Mundo globalizado, economias mundializadas, relações de dependência entre países grandes e pequenos, especulação financeira, minimização dos estados, desigualdade e concentração de renda, violência social e ambiental. Uma época confusa, que exige reflexões e impõe mudanças na nossa visão de mundo.

Para além do que está posto e do olhar fragmentado da contemporaneidade, é tempo de pensar no ser humano de forma integral, em sua ligação consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente, compondo uma rede complexa de relações interdependentes.

Diante desse paradigma, o desafio é ampliar as potencialidades e as capacidades humanas, de modo que as gerações identifiquem e vivenciem novos valores, novas atitudes e comportamentos capazes de construir um mundo mais humano, menos desigual.

A família, nesse contexto, deve ser compreendida em sua totalidade e complexidade. O seu processo evolutivo e seu desenvolvimento resultam de sua interação construtiva com o mundo que a rodeia. Portanto, os novos formatos de família e seus diversos tipos de comportamento não ocorrem de forma natural. A família, no século XXI, tem sentimentos, desejos, projetos, que sofrem constantemente interferências da sociedade capitalista, geradora de desigualdades e de emergentes necessidades de consumo. Com isso, surgem frustrações, conflitos, concentração de renda e exclusão social.

O núcleo familiar passa, então, a necessitar de proteção social, para poder exercer a função de "núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social" (NOB/SUAS, 2004, p.90).

Assim, mesmo com as adaptações e mudanças que vêm ocorrendo nos arranjos e formas de configuração das famílias contemporâneas, com suas responsabilidades e funções sociais, elas não perderam a sua relevância social. De forma unânime, sua importância é reconhecida como espaço de sociabilidade e socialização primária, de solidariedade e de proteção. É a unidade de referência essencial, provedora de seguranças de sobrevivência, convívio e acolhida.

Dessa maneira, estudiosos apontam a necessidade de políticas sociais que coloquem a família como eixo central, como prioridade das ações sociais, reconhecendo a sua importância nas estratégias de combate à pobreza e exclusão social.



A sinalização de que o foco das políticas públicas deve ser a família está na própria Constituição Federal de 1988, que define as famílias como “espaços privilegiados e insubstituíveis de proteção e socialização primárias, provedoras de cuidados aos seus membros”. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica que institui o Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) consideram as famílias vulneráveis as que mais sofrem os impactos e as crises das políticas econômicas no mundo inteiro.

A definição da matricialidade familiar como um dos eixos do SUAS estabeleceu uma grande mudança no desenho dos serviços e programas de assistência social, que até então organizava suas ações de forma fragmentada, por nichos de atendimento divididos por faixa etária (crianças, adolescentes, idosos etc). Passou-se a olhar a família como um todo e não as suas partes, isoladamente.

A matricialidade familiar se configura como um dos princípios de proteção da assistência social e um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS. A atenção às famílias como prioridade leva em consideração os territórios de vivência, especialmente aqueles com registros de fragilidades e presença de vitimizações entre seus membros. Privilegia-se o caráter preventivo de proteção social, a partir do fortalecimento dos laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos (NOB/SUAS/2005, p.90).

Desse modo, para fazermos valer o princípio da matricialidade sociofamiliar, devemos buscar estratégias que privilegiem o alcance das famílias, cujo perfil é de vulnerabilidade.

O Projeto Estação Família representa uma dessas possibilidades estratégicas. E sendo uma ação que se realiza no campo da política de assistência social, encontra apoio nas suas diretrizes e princípios para fortalecer sua implementação, atuando na perspectiva de construir um conjunto de ferramentas que ajudem a mudar a realidade de risco e vulnerabilidade enfrentada pelas famílias.

O Estação Família atende núcleos familiares em situação de pobreza, com prioridade para os beneficiários do Programa Bolsa Família e



de outros projetos voltados à população de baixa renda desenvolvidos nos municípios, em especial nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Toda família participante do projeto é também integrante do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), pois a ideia é promover a complementariedade de ações e a intersetorialidade entre as ações, fortalecendo os serviços de proteção. Os municípios, a partir da utilização da metodologia do projeto, estarão capacitados a replicar conhecimentos e práticas junto a um número maior de famílias, nos territórios de abrangência dos CRAS.

A atuação do Projeto nos territórios dos CRAS parte da lógica do próprio SUAS, que adota a territorialização como um dos seus eixos estruturantes. O olhar para o território extrapola os aspectos físicos e insere dimensões ligadas à dinâmica demográfica, ambiental e social. Através do conhecimento do território é possível compreender como ocorrem as superações de obstáculos, as resistências coletivas, a produção dos riscos e vulnerabilidades presentes nas vidas das famílias. Identifica-se ainda a rede de proteção social às famílias, que abre caminho para planejar e executar ações com potencial para promover o desenvolvimento das unidades familiares.

2.2. Diretrizes do Estação Família

1. A família e seus componentes

São sujeitos ativos, capazes de conhecer, aprender e produzir novos conhecimentos na relação com os outros e com o mundo socioambiental, com possibilidades de produzir mudanças individuais e coletivas. Consciente disso, o projeto respeita as histórias de vida, classe social, valores, tradições e cultura de cada família.

2. O técnico

É um educador e mediador, que intervém na realidade familiar através de situações problematizadas, respeitando o saber dos agentes envolvidos. Em uma relação de diálogo, produz a interação entre o seu saber (técnico/acadêmico) e o da família (saber popular), processando novos conhecimentos.

3. A família como sujeito do processo

Desenvolver uma ação com paciência pedagógica e com base na cultura de paz, efetivamente ajuda a família a falar, refletir e analisar as situações-problema, levando em conta que é a família o sujeito do processo, portanto, é ela que toma as decisões e busca soluções.

4. Protagonismo e participação social

Trabalhar com os grupos e com as pessoas, no fortalecimento da cidadania, ou seja, na perspectiva do protagonismo e da participação social.

Essas diretrizes orientam toda a programação do projeto, norteiam a sua prática profissional e devem estar voltadas para a compreensão da realidade das famílias.

Cada unidade familiar vai construir, com o técnico, o Plano Individual da Família (PIF), priorizando as dimensões e processando as mudanças. Durante o percurso, a cada estação de trem, outras dimensões e aspectos poderão (e deverão) ser incorporados ao processo.

3. Porquê fazer a viagem

3.1. Objetivos do Projeto

Objetivo Geral

Ampliar as competências/habilidades familiares, contribuindo para o fortalecimento da autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da inclusão social.

Objetivos específicos

Promover a capacitação das equipes municipais, visando a ampliação de habilidades e competências, fortalecendo a abordagem junto às famílias;

3.2. Resultados Esperados ao fim da viagem

Aumento do número de famílias com competências/habilidades identificadas, desenvolvidas e ampliadas.



4. Quem faz a viagem acontecer

4.1. Maquinistas: A família e seus componentes enquanto sujeitos de direitos.

A família é um espaço de referência, responsável pelas seguranças de acolhida, convivência e sobrevivência, bem como, pela socialização, construção e manutenção de significados, enquanto, sistema que congrega pessoas únicas, em desenvolvimento biopsicossocial. Situa-se em um espaço societário permeado de desigualdades sociais, portanto, convive também com riscos, frustrações, violências internas e externas. O projeto Estação Família irá ajudá-la a identificar, desenvolver e resolver suas dificuldades a partir de suas próprias potencialidades.

4.2. Técnicos de manutenção do trem: Equipes técnicas municipais e estaduais

As equipes técnicas do projeto são as executoras das ações, em cada nível administrativo – estadual e municipal, e no plano local, assumem o papel de mediadoras do processo educativo junto às famílias.

No município, a equipe técnica deve, antes de tudo, compreender a natureza social de sua função, a complexidade de sua posição e a abrangência de suas ações. Deve ser um elo entre os diferentes segmentos da comunidade, pois, através de sua intervenção, facilitará o processo de reflexão e a busca de soluções para as questões inerentes à estrutura familiar e social, contribuindo para sanar dúvidas, medos, preconceitos e quaisquer outras barreiras ao desenvolvimento individual e coletivo das famílias.

As atitudes do educador são significantes, pois interferem no processo educativo. Portanto, devem respeitar a diversidade, compreendendo comportamentos, atitudes e valores. Mas devem também informar, levantando discussões sobre mitos, preconceitos, discriminação, negação de direitos, protagonismo e participação social, através de abordagem crítica, com foco na realidade local e social.

Para desencadear esse processo é essencial:

- >> Cuidar da formação da equipe, com capacitações continuadas
- >> Subsidiar os técnicos com material didático, de comunicação, entre outros

>> Elaborar o plano de ação do Projeto em cada CRAS

>> Monitorar e avaliar a prática educativa

O quadro abaixo descreve as habilidades e as características necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

Habilidades e perfil do técnico para o desenvolvimento do trabalho

Recursos humanos	Perfil para o facilitador/mediador (características e habilidades)	
Equipe Técnica: Assistente Social, Psicólogo, e outros trabalhadores do SUAS	>> Ser técnico da Prefeitura, lotado na <i>Secretaria Municipal de Assistência Social</i> .	>> Estar vinculado ao CRAS.
	>> Ter experiência com trabalho social, comunitário e grupal.	>> Ter desenvolvido projetos, programas, serviços na área da assistência social e experiência em trabalho interdisciplinar.
		>> Saber mediar o trabalho grupal. >> Ter desenvolvido funções como: instrutor, coordenador de grupos sociais, facilitador. >> Conhecimento da realidade do território.

	>> Ser ético.	>> Saber lidar com as questões do outro de maneira discreta, solidária e confidencial. >> Ter experiência em atendimento social individualizado.
	>> Ter compromisso com o trabalho.	>> Ter disponibilidade/disposição para o trabalho. >> Ter responsabilidade com as atividades planejadas que são de sua competência. >> Cumprir os horários de trabalho e a agenda acordada com as famílias.
	>> Ter habilidade no trato com as famílias.	>> Saber ouvir. >> Ser capaz de estabelecer empatia, sem dependências e/ou tutelamento. >> Respeitar os valores, opiniões das famílias e seus componentes. >> Administrar conflitos. >> Saber aceitar diferenças.
	>> Ter habilidade para estabelecer diálogos e negociações	>> Transmitir conhecimentos, confiança e segurança. >> Ser prudente, evitando confrontos. >> Indagar, antes de responder. >> Estabelecer acordos, regras de convivência.

	>> Ter identificação com a causa	>> Estar motivado e comprometido com o trabalho.
	>> Sistematizar a prática profissional, com registros de experiências,relatórios e outros	>> Ter consciência do seu papel político transformador.
		>> Ter habilidade para redigir relatórios, estudo de casos, de forma objetiva, subjetiva e técnica, como subsídios à tomada de decisões.

4.3 – Parceiros de viagem: APDMCE, Prefeituras Municipais, GAIS, STDS, UNICEF

A implementação do Estação Família faz parte do esforço e da decisão política dos governos estadual e municipal (STDS, Prefeituras) e entidades não governamentais (APDMCE, UNICEF, GAIS), que desenharam esta estratégia de intervenção. Cada um deles tem suas funções específicas:

STDS – Agente financiador, coordenador, supervisor técnico;

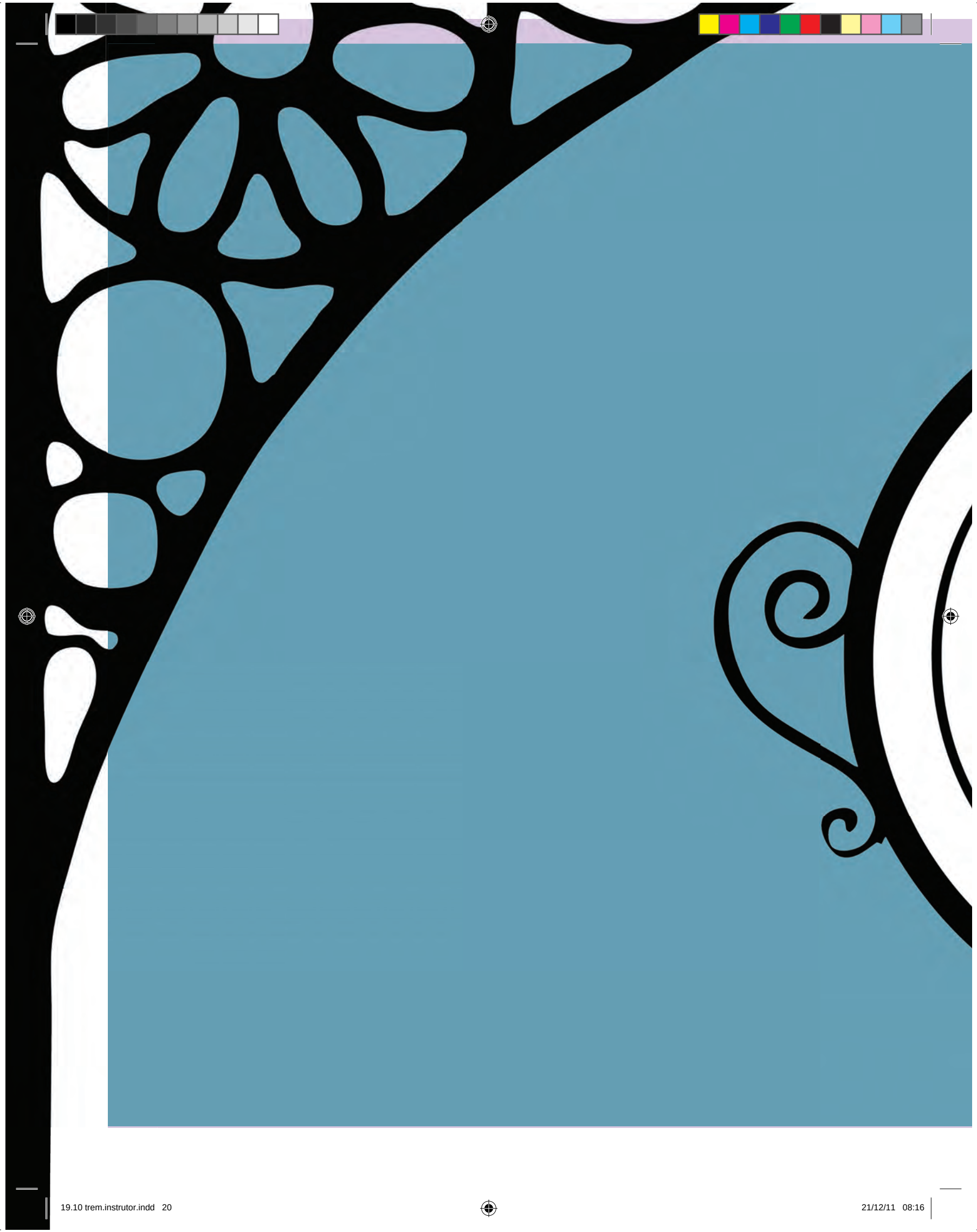
UNICEF – Agente articulador, captador de recursos, apoio logístico e técnico;

APMDCE – Agente mobilizador, articulador, captador de recursos e apoio logístico;

GAIS – Agente administrativo, mobilizador e apoio logístico;

Prefeituras Municipais – Agentes executores, através da equipe técnica dos CRAS, apoio logístico e financeiro.







Segunda Estação



II. Os caminhos escolhidos

Estratégias metodológicas

O Projeto Estação Família é financiado pelo governo estadual e executado pelos governos municipais, tendo como objetivo possibilitar às famílias em situação de pobreza a vivência de um trabalho socioassistencial e educativo, com foco na ampliação das competências familiares.

A metodologia aplicada não pode situar-se apenas no campo da transmissão de informações, devendo comprometer-se com a formação, promovendo práticas voltadas ao bem estar da unidade familiar e da coletividade. Trata-se, no dizer do educador Paulo Freire, de levá-la à “reflexão sobre o mundo para transformá-lo” (1979, p.27).

Logo, o Projeto dá prioridade aos métodos ativos, baseados na participação, diálogo, intercâmbio de vivências e esclarecimentos, promovendo a construção de uma consciência crítica da realidade.

A metodologia participativa respalda-se no trabalho com atividades que instigam a problematização e a reflexão, onde os temas não são abordados como disciplina, mas como aspectos do cotidiano das famílias. São fios condutores, que levam ao debate, para os quais todos e cada um individualmente devem ter respostas. O diálogo repre-

senta um aspecto essencial no processo de formação de sujeitos para uma visão crítica da realidade, possibilitando encontros, aproximações, debates, dissensos e consensos.

O desafio dos técnicos, é o de exercer uma ação pedagógica, na qual possam compreender a diversidade das famílias, penetrar no saber de cada uma delas e estimular as mudanças necessárias ao exercício de uma cidadania plena.

2.1. Passo a passo do percurso

Passo 1 – Seleção dos Municípios

>> Os municípios, de forma espontânea, solicitam o engajamento no projeto.

>> A STDS, em pactuação com a Comissão Intergestores Bipartite, seleciona os municípios de acordo com a sua posição no ranking do Índice de Vulnerabilidade Social Composto (IVSC), que classifica os municípios por ordem decrescente, segundo suas condições de vulnerabilidade (ver nota técnica nº 23/IPECE).

Passo 2 - Sensibilização dos participantes - parceiros, equipes e famílias

Nessa etapa, é desenvolvida a mobilização e a sensibilização dos parceiros, dos gestores municipais, das equipes dos CRAS e das famílias para a importância do projeto no contexto das políticas sociais e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

É um momento em que a participação das diversas setoriais municipais é imprescindível para que os resultados sejam alcançados, uma vez que a intersetorialidade faz parte da própria natureza do projeto. O querer fazer e o querer participar são determinantes para a implementação do Estação Família, pois, dos agentes envolvidos, se espera compromisso, participação e ação de mudança. Não há transformação nas práticas educativas se todos os atores não forem protagonistas do processo.

Nessa perspectiva os próprios gestores das diversas setoriais do município devem ser envolvidos para que conheçam e compreendam o projeto como uma importante estratégia para a melhoria de vida das famílias participantes e para articulação de ações intersetoriais.

Os momentos de mobilização e sensibilização ocorrem através da organização de seminários, reuniões para adesão, reuniões ampliadas com exposição participativa, divulgação nos meios de comunicação e outras ações, com carga horária que varia de quatro a oito horas. A convocatória se dá por meio eletrônico, escrito e telefônico, tanto em nível estadual, quanto municipal.

Embora o Estação Família se desenvolva através das ações do CRAS, fica claro que o fortalecimento das competências e habilidades das famílias passa pelo bom desempenho das políticas públicas como um todo. Na verdade, o estabelecimento do PIF vai fazer da equipe do CRAS interlocutora e articuladora das demandas das famílias com as outras necessidades sociais (saúde, educação, cultura etc).

Passo 3 – Identificação e adesão das famílias

O Estação Família deverá atender no máximo 100 (cem), beneficiárias do Programa Bolsa Família e atendidas pelos CRAS, por município. Para identificá-las, a equipe deve lançar mão de todas as informações disponíveis no CRAS, no banco de dados do Cadastro Único e/ou nos dados do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF)² disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Combate à Fome (MDS).

Uma vez identificadas as famílias que se enquadram no perfil do projeto, inicia-se o processo de mobilização e de cadastramento. As famílias devem ser chamadas a comparecer a uma reunião no CRAS, quando serão apresentadas ao projeto. A equipe realizará a apresentação com exposição participativa, utilizando uma linguagem clara, que facilite a compreensão dos conteúdos, dos objetivos, das ações planejadas e dos resultados esperados, reservando tempo para perguntas e respostas.

É importante que nessa reunião seja destacado o papel das famílias e sua participação no alcance dos resultados, ficando claro que nem todas as dificuldades e desafios identificados serão resolvidos no âmbito do projeto e do CRAS. Além do compromisso e atitude proativa da família, também é imprescindível o engajamento de outras instâncias e setores públicos e não públicos.

Para captar diversas dimensões da pobreza e a forma como elas afetam o desenvolvimento dos indivíduos dentro de um núcleo familiar, o IDF foi elaborado a partir de seis aspectos: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais.



Dicas

- >> Preparar reunião no CRAS, onde as famílias terão o primeiro contato com o projeto. A entrada da família no projeto é um momento que exige muita atenção da equipe, devendo ser planejado com antecedência.
- >> Prepare a assembleia com todo zelo.
- >> Não esqueça! Cada família deve receber, em sua casa, e com antecedência, um convite personalizado, contando-se para isso com a colaboração das lideranças comunitárias, agentes de saúde ou pelos próprios agentes do CRAS.
- >> Acolha as famílias com carinho e respeito.

Ao final da reunião, as famílias têm liberdade de decidir sobre seu engajamento no projeto. Aqueles que decidirem participar assinam o termo de adesão (anexo), selando o compromisso de:

² O Índice de Desenvolvimento da Família – IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CADÚNICO, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do município. Para captar diversas dimensões da pobreza e a forma como elas afetam o desenvolvimento dos indivíduos dentro de um núcleo familiar, o IDF foi elaborado a partir de seis aspectos: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais (MDS, 2009)

a) Participar do processo educativo através das atividades propostas, que utilizam abordagens individuais e coletivas, entre outras.

b) Cumprir os acordos estabelecidos no PIF, necessários à melhoria da dinâmica do núcleo familiar e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Estes são requisitos imprescindíveis ao sucesso do projeto, considerando-se, principalmente, os objetivos relacionados às mudanças de comportamento e atitude, ao alcance de novas aquisições, conhecimento e ampliação das competências familiares.

A adesão formal ao projeto é o rito de entrada da família. Portanto, é um momento cujo significado deve ser valorizado e festejado. Após a adesão, os responsáveis pela unidade familiar e os componentes da família poderão participar direta e indiretamente das ações do projeto.



Este momento deve ser registrado com fotos e divulgado nos meios de comunicação.

Passo 4 – Cartografia dos territórios e das famílias participantes do Estação Família

De acordo com a PNAS e a NOB/SUAS, a territorialização se realiza por meio de:

a) Levantamento de dados e informações sobre as famílias referenciadas pelo CRAS, a partir do banco de dados do Cadastro Único, Bolsa Família, BPC, PETI etc;

b) Identificação de famílias em situação de vulnerabilidade, segundo os parâmetros da NOB/SUAS;

c) Mapeamento das famílias;

d) Identificação e mapeamento das organizações públicas e não públicas, que prestam serviços socioassistenciais e das instituições e serviços das demais políticas públicas disponíveis no território;

e) Identificação dos equipamentos comunitários, religiosos e outros localizados no território; registro das manifestações culturais do local.

A equipe do CRAS engajada no projeto deve conhecer as características das famílias do território, dentro do contexto sociocultural das localidades/bairros onde estão situadas. Os aspectos a serem levantados são:

Para o mapeamento dos territórios

>> História/origem do local;

- >> Caracterização de zona rural ou urbana;
- >> Situação dos serviços básicos (infraestrutura, saneamento, comunicação, entre outros);
- >> Identificação dos serviços de saúde, educação, assistência social, cultura e outros;
- >> Identificação dos equipamentos comunitários, religiosos e outros;
- >> Aspectos produtivos e econômicos (produção, comercialização, pontos de trabalho, vocação, salário, ocupação, desemprego, movimento migratório etc);
- >> Características dos domicílios;
- >> Vulnerabilidades e riscos sociais dos territórios;
- >> Outros.

Para os Diagnósticos das famílias

- >> Tipos de famílias (nuclear, extensiva, monoparental, dentre outros arranjos);
- >> Raça e etnia³;
- >> Características gerais: tamanho da família, caracteres da prole, escolaridade etc;
- >> Características do domicílio: tipo de construção, número de cômodos, uso do espaço – (onde dormem, comem, etc);
- >> Situação de trabalho e renda (profissão, salário etc.)
- >> Dinâmica familiar (relações intergeracionais, conflitos, papéis, comunicação, violência etc).
- >> Relações de poder e de gênero (poder de decisão e de mando, construção de papéis relativos ao gênero, sexo etc).
- >> Função socializadora da família (aquisições de valores, costumes, regras e hábitos, construção de relações de afeto, de autoridade, solidariedade e responsabilidade, relações sociais em grupos e na comunidade).

³Raça – seu conteúdo é morfológico; As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética.

Etnia - seu conteúdo é sociocultural, histórico e psicológico; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas e culturais e podem apresentar semelhanças genéticas. Essas comunidades geralmente recamam para si uma estrutura social, política e um território.

- >> Cuidados gerais com a prole (higiene, alimentação);
- >> Divisão do trabalho doméstico na família.

No Mapeamento das vulnerabilidades, potencialidades e riscos sociais, identificar:

Riscos sociais – Encontra-se na literatura que riscos sociais são eventos externos, de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que afeta a qualidade de vida das pessoas e ameaça sua subsistência. Estão relacionados tanto com situações próprias do ciclo de vida das pessoas, quanto com condições específicas das famílias, comunidades ou seu entorno (Carneiro e Veiga, 2004). Diz-se que uma família está em situação de risco quando, por exemplo, algum de seus membros já é usuário de droga, ou vítima de violência doméstica, exploração, desemprego, etc.

Vulnerabilidades sociais- Os autores se referem a esse termo quando famílias e pessoas têm baixa capacidade material, simbólica e comportamental, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, e apresentam muita dificuldade de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Na vulnerabilidade, observa-se um perigo, porém, o risco não está instalado. É preciso fortalecer a família, protegê-la e estimular sua capacidade de resposta para evitar que a situação evolua para o risco.

Exemplo de situação de vulnerabilidade: crianças e adolescentes de uma família não dispõem de espaços e atividades (de arte, cultura, esportes e lazer) no contraturno da escola, e há presença de drogas no território.

Capital social das famílias - É um conceito ainda em construção. Porém alguns autores como Coleman (1990), apontam que a capacidade de relacionamento do indivíduo e sua rede de contatos sociais melhoram a eficiência individual. No plano coletivo, o capital social ajuda a manter a coesão social, a negociação em situação de conflito, a cooperação em vez da competição. O fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários amplia o capital social das famílias.

Resiliência- A origem do termo resiliência, vem da física e indica a capacidade das pessoas de retornar ao equilíbrio emocional após sofrer grandes pressões ou estresse. As pessoas que desenvolvem essa capacidade são dotadas de habilidades que lhes permitem lidar com os problemas com menos estresse, aumentando a chance de superá-los. Essa capacidade pode ser estimulada e reforçada.







A partir do levantamento, você pode construir a cartografia das famílias e dos territórios. Obtenha um grande mapa do município, com marcadores adesivos, sinalizadores, fotos, alfinetes, aos poucos, vá caracterizando os aspectos econômicos, sociais, culturais etc, das localidades e das famílias. Se o mapa ficar muito cheio de detalhes, você pode desmembrá-lo em vários.

Tente, vale a pena!

Ao final do mapeamento, é possível a visualização de todas as famílias que participam do projeto, assim como das instituições e organizações existentes, com seus serviços disponíveis. Essas organizações e serviços representam parte do conjunto de ativos⁴ que as famílias podem acionar, com o objetivo de criar resistência e força necessárias para enfrentar e superar as vulnerabilidades.

Passo 5 - Construção do Plano Individual da Família (PIF)

O Plano Individual da Família (anexo) é o projeto da família construído com a mediação do técnico e retrata as necessidades da unidade familiar no âmbito das dimensões atendidas pelo projeto. São elas: dinâmica familiar, documentação, saúde, educação, renda, habitação e assistência social. Deverá ser construído depois da adesão da família, durante as primeiras visitas domiciliares.

A elaboração do Plano Individual inicia-se com o diagnóstico sobre a realidade familiar, o que exige do técnico uma relação de proximidade, empatia e confiança com a família, visando:

>> conhecer a dinâmica familiar: as relações de afetividade, de hierarquia, autoridade, violência, solidariedade, vivências nos diferentes ciclos de vida, respeito às diferenças, preconceitos, valores, dentre outros aspectos que influenciam em maior ou menor grau na qualidade de vida das famílias;

>> conhecer as vulnerabilidades, os riscos emergentes e as táticas para o enfrentamento dos mesmos, bem como, fortalecer as potencialidades existentes;

>> identificar o que dificulta o acesso aos direitos, aos serviços e às ações das diferentes políticas públicas;

⁴Ativos - conceito relacionado a vulnerabilidade e risco; são os diferentes tipos de recursos que as pessoas e famílias possuem e podem mobilizar como estratégias de resposta aos eventos de risco; São considerados ativos: trabalho, capital humano, moradia, relações familiares, capital social, (BRONZO, 2008)



>> perceber como a família estabelece as relações extrafamiliares e como participa da vida comunitária;

>> identificar os projetos, os desejos e necessidades da família.

A partir desse conhecimento, construído nas entrevistas e nas visitas ao domicílio, tem-se a situação de entrada (marco zero) e a definição das dimensões priorizadas pela família, que ao longo do percurso serão monitoradas e avaliadas quanto aos seus resultados. Estes são os principais elementos constitutivos do Plano Individual onde devem ser concentrados maiores esforços, desenhando-se as metas a serem alcançadas ao final do projeto. As informações colhidas serão registradas, por escrito em instrumental específico, e arquivadas somente depois que forem transferidas para o sistema informatizado de monitoramento das ações.

O PIF é, portanto, um instrumento que possibilita o monitoramento do trabalho junto à família, servindo de parâmetro para auferir os resultados relacionados ao seu desenvolvimento, devendo ser revisto e ajustado periodicamente, em conjunto com as famílias. Seu conteúdo traz os elementos a serem discutidos com a família individualmente, em entrevistas e nas visitas domiciliares, oportunidade em que o mediador deve estimular uma reflexão sobre as carências, os potenciais, as dificuldades, as priorizações e o impacto de cada situação no desenvolvimento da família. Devem ser ainda levados em conta as relações intra e extrafamiliares, as condições de saúde, o acesso aos serviços públicos, as oportunidades de trabalho, de agregar renda, em curto e médio prazos.



Dica

>> Exercite a sua capacidade de escuta, de observação. Respeite os direitos da família de decidir e escolher.

>> Lembre que sua função é de mediador(a).

Passo 6 - Trabalho socioeducativo junto às famílias.

O acompanhamento das famílias é um processo socioeducativo pautado por um conjunto de atividades que se interrelacionam e se complementam, envolvendo tanto abordagens individuais como grupais, e leva em consideração os objetivos, os princípios, as metas, as dimensões, o orçamento e os resultados esperados do Projeto. Também não pode deixar de lado o grau de complexidade das demandas, a situação socioeconômica, a dinâmica das famílias e os parâmetros que avaliam as possibilidades de desenvolvimento e mudanças que podem resultar desta intervenção.

No contexto do Estação Família as ações de intervenção e acompanhamento ocorrem no



campo da proteção e da orientação, baseados nos princípios e diretrizes da PNAS e nos direitos sociais das famílias.

Em termos da proteção, o projeto objetiva ampliar o acesso das famílias a bens e serviços e para isso, encaminha e monitora os atendimentos em programas, projetos e serviços governamentais e não governamentais. Já no campo da orientação, a estratégia metodológica é o trabalho socioeducativo junto às famílias utilizando tanto a abordagem individual como grupal.

Nesse tipo de trabalho utiliza-se outras técnicas como a acolhida, apoio, aconselhamento, diagnóstico psicossocial, de acordo com a necessidade da família. É no entanto a situação familiar, seu estágio em relação às dimensões do Projeto e a efetiva corresponsabilidade da família, que definirão as estratégias a serem adotadas pela equipe, tanto na esfera da proteção como na orientação. Será portanto durante o desenvolvimento do trabalho socioeducativo que as mudanças gradualmente, acontecerão.

A. Acompanhamento individualizado

Esta ação consiste em prestar apoio psicossocial às famílias, de forma individualizada e diferenciada, tendo o foco nas dimensões priorizadas, sob mediação do técnico. Esses encontros podem ocorrer no domicílio de cada família por meio de visitas e/ou no próprio Centro de Referência, durante o acompanhamento do Plano Individual da Família.

Nesse tipo de atendimento deve-se observar, com rigor, o respeito à privacidade de cada núcleo familiar, o que significa que o técnico deverá manter sigilo sobre a história da família, os conteúdos das conversas e das orientações realizadas. Logo no início, o profissional deve deixar claros estes princípios e adotar uma postura que deixe as pessoas à vontade, livres de constrangimentos, favorecendo a expressão de seus sentimentos, queixas, demandas etc. O atendimento individual é uma abordagem que permite estreitar as relações com a família e conquistar sua confiança, abrindo um espaço de reflexão sobre questões nas quais as famílias têm dificuldade de compartilhar em grupo.

Preferencialmente, o representante da família no projeto deve estar presente no domicílio durante as entrevistas e/ou visitas domiciliares. Na sua eventual ausência, outro adulto pode representá-lo, desde que se disponha a receber e conversar com o técnico.

Nas visitas domiciliares, é estabelecida uma conexão permanente com as famílias, visando conhecê-las e compreender cada vez melhor a sua dinâmica: as relações de poder, autoridade, cooperação, suas histórias de vida, conflitos, necessidades, limites, potenciais (ativos), as alternativas que encontram para enfrentar as adversidades etc. Durante a visita domiciliar, haverá diálogo com o responsável pela família e com demais membros presentes sobre o desenvolvimento do PIF. O foco da conversa deve ser sobre o processo e o desempenho da família (mensurado como positivo, estagnado ou negativo) em termos das dimensões priorizadas, mas também é a oportunidade para acompanhar as mudanças, durante o período em que a família participa do projeto.

Diferentemente de uma visita de amigos, a visita domiciliar de um técnico requer uma série de cuidados: postura profissional que permita a construção de uma relação de confiança, colaboração e respeito mútuo e diálogo aberto e objetivo, com espaço para o exercício da escuta, trocas de informações, de reflexões e acompanhamento das metas definidas no Plano Individual da Família. É ainda importante que o profissional esteja atento aos hábitos e rotinas familiares, combinando os horários de visita, atentando para não atrapalhar a rotina das tarefas



domésticas, horários de descanso, alimentação etc.

A visita é também uma oportunidade para observar aspectos do domicílio: limpeza, hábitos de higiene, organização, situação do entorno, se há lixo nas ruas, oferta de energia elétrica, disponibilidade e acesso à água potável, presença/ausência de serviços públicos básicos que, mesmo estando fora das responsabilidades diretas das famílias, podem sinalizar a necessidade de ações coletivas em busca de melhorias urbanas e/ou rurais.

Ao finalizar a atividade, o técnico deve preencher o instrumento Registro de Visita, no qual são anotados os avanços, o cumprimento ou não de tarefas e responsabilidades acordadas, as divergências e outras observações sobre a família, que contribuam para subsidiar o trabalho de fortalecimento dos vínculos, de melhoria da autoestima, incentivo para ampliar suas competências e superar condições adversas.

Ao término das 12 sessões de acompanhamento, a família deve alcançar, no mínimo, 75% das metas priorizadas no PIF. Se ultrapassar este índice, a família conseguir atingir o PIFe será desligada do Estação Família. Porém, como usuária da política de Assistência Social, continuará engajada no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e demais serviços e projetos do CRAS.

No caso específico de famílias em grave situação de vulnerabilidade, será realizado um estudo de caso e, dependendo do parecer técnico, ela poderá prorrogar seu tempo de permanência no projeto. Se o caso exigir proteção social especial, a família deverá ser encaminhada ao CREAS ou outra unidade pública adequada ao atendimento no município.

No percurso de acompanhamento, as visitas inicialmente serão realizadas mensalmente.

Quadro I- Cronograma de visitas domiciliares

Acompanhamento domiciliar das famílias	Ano I – Periodicidade das visitas (sessões)	
	Meses	
	I, II, III, IV, V e VI	X, XI, XII
	30 dias	60 dias

Quadro II - Plano de trabalho – visitas domiciliares

Quadro II- Visitas/Sessões	Objetivos	Período
1ª, 2ª, 3ª	O objetivo central dessas sessões é conhecer a família no seu habitat e construir o PIF a partir das necessidades e metas priorizadas pela família e das dimensões do Projeto	Mensal
4ª, 5ª, 6ª	Nessas sessões o foco deve ser a identificação das potencialidades e vulnerabilidades da família e a implementação do PIF, apoiando as famílias no enfrentamento das situações-problema e no cumprimento dos compromissos assumidos, face às dimensões priorizadas. Trabalhar com a família todos os aspectos das dimensões priorizadas.	Mensal
7ª, 8ª, 9ª	O objetivo dessas sessões é revisar o processo: onde estamos, como chegamos e se há necessidade de redirecionamento em relação ao percurso (suficiente, regular, insuficiente) estabelecido pela família para atingir as dimensões desejadas. Verificar e intensificar o trabalho junto às famílias nos aspectos com resultados insuficientes	Intervalos de 45 dias entre as sessões
10ª, 11ª, 12ª	Dar continuidade ao processo socioeducativo junto às famílias. Verificar, com avaliação em família, todo o processo, com registros de resultados objetivos e subjetivos. Reforço para os encaminhamentos finais. Novas propostas.	Sessões bimensais

Fonte: O desenho dos quadros 1 e 2 teve como referência o Projeto Puente/ FOSIS do Governo Chileno

B. Acompanhamento do trabalho de grupo com as famílias

Para Pichòn Rivière, "grupo" significa *"Um conjunto de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, se propõe, de forma explícita e implícita a uma tarefa, que constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção e distribuição de papéis"*. Podemos dizer então que estrutura, função, coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a situação grupal, que tem seu modelo natural no grupo familiar. (PICHÒN RIVIÈRE, 1982, apud PEREIRA, 2002, p. 284-285).

O Guia de Orientações dos CRAS por sua vez, considera que "os grupos são uma "rede de vínculos, comunicação e poder" e o que faz a diferença entre eles é justamente a forma como se organizam tais vínculos. (MDS, 2006, p. 38)

O grupo está em relação com o seu contexto socioinstitucional, sofrendo a influência deste contexto, mas também o influenciando, através da sua forma de pensar, sentir e agir no mundo. Essa perspectiva social estuda, entre outras questões, as relações entre os indivíduos, grupos, instituições, bem como, a dinâmica grupal e os processos de transformação social. A abordagem grupal como um instrumento técnico da área social deve ser considerada não somente em seus aspectos técnicos – referentes ao "fazer" – mas também em suas implicações sócio-políticas, decorrentes do movimento contraditório da sociedade.

Trabalhar a família como grupo ou trabalhar com grupos de famílias exige que você esteja atento a essa dialética, proporcionando reflexões entre os sujeitos sociais e sobre as relações internas e externas da unidade familiar no espaço societário. No grupo, há uma interseção entre o movimento inter-relacional (aspectos conscientes dos grupos), movimento intrapsíquico (aspectos inconscientes do grupo) e os meios externos no grupo (aspectos sócio-culturais). (GOMES, 1996 p. 33)

Para alcançar esses objetivos, o trabalho grupal deve potencializar as capacidades de convivência (partilhar identidade, objetivos, ideais, estratégias de ação), de conhecimento e de socialização (informação, comunicação, aprendizagem).

A abordagem grupal possibilita maior espaço de reflexão sobre o cotidiano das famílias, de estímulo a ampliação de suas competências, de fortalecimento e qualificação de vínculos familiares e comunitários e de busca de autonomia e agrega mais vantagens para a família no que diz respeito ao enfrentamento das suas condições de vulnerabilidade. Será durante o desenvolvimento do trabalho socioeducativo que as mudanças e os resultados vão, aos poucos, acontecendo.

No geral, o grupo passa por três momentos: o primeiro é observado pelo predomínio do medo, da ansiedade, da desconfiança diante do desconhecido; o segundo é representado pela curiosidade, pela motivação e estimulação, é a passagem para associar o pensar, o sentir e o agir; e o terceiro é a realização, da tarefa, da finalidade. O trabalho consiste em buscar coerência, uma interação entre o pensar, sentir e agir. É a partir do que o grupo traz como manifesto explícito, que se pode chegar ao manifesto implícito. A proposta é promover mudanças nas pessoas e nas relações grupais.



Tipos de grupo

1. Grupo de Convivência

Conforme o SUAS, grupos de convivência são *"encontros periódicos com um conjunto de pessoas que vivenciam questões de interesse comum, que serão compartilhadas e refletidas coletivamente através de metodologias diversas, enfatizando a dimensão da convivência"*. (Guia de Orientações Técnicas - SUAS, 2006)

Os objetivos do grupo de convivência estão voltados:

- >> ao desenvolvimento da sociabilidade,
- >> à construção e respeito às normas,
- >> ao desenvolvimento de habilidades e competências,
- >> à resolução de conflitos,
- >> às estratégias de comunicação, intra e extra família.

Esse tipo de grupo tem funcionamento contínuo. As famílias serão encaminhadas para cada um deles de acordo com suas necessidades de convivência e sociabilidade, detectadas pela avaliação do técnico.

2. Grupo socioeducativo no Estação Família

A ação com grupo socioeducativo é uma estratégia que possibilita a socialização e a interação entre os seus participantes, além de facilitar múltiplas aprendizagens. No grupo, é possível compartilhar experiências e, a partir delas, promover reflexões sobre temas do cotidiano, que podem ser repensados e ressignificados, o que contribuirá para superação de vivências negativas e mitos e favorecimento de mudanças em relação a valores, crenças e comportamentos.

A abordagem grupal do trabalho socioeducativo junto às famílias, tem o potencial de fortalecer e qualificar os vínculos familiares e comunitários ao mesmo tempo em que contribui para sua autonomia. De acordo com o guia de orientação do Projeto Ação Família, da Prefeitura de S. Paulo⁵, o funcionamento do grupo socioeducativo contribui para "a promoção do desenvolvimento psicossocial, de habilidades comunicativas e a motivação para a construção de atitudes positivas perante a vida".

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em seu Guia de Orientações Técnicas para o CRAS afirma que:

"O grupo socioeducativo para as famílias é um excelente es-

⁵São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Reuniões Socioeducativas: Guia teórico e prático para o trabalho com famílias. São Paulo. 2008

paço para trocas, para o exercício da escuta e da fala, da elaboração de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades. Contribui para oferecer aos cidadãos a oportunidade de melhor viver os seus direitos dentro de um contexto de proteção mútua, afeto, desenvolvimento pessoal e solidariedade. "(MDS, 2006, p. 39)

Assim, o técnico deve reconhecer a variedade e diversidade de situações que se apresentam na abordagem grupal. Para tanto, é importante ter disponibilidade e capacidade crítica e reflexiva para não se deixar influenciar por questões aparentes e superficiais, que camuflam a verdadeira dinâmica de funcionamento do grupo, os papéis dos participantes e suas relações. Deve ainda estar atento para enfatizar a capacidade e o potencial dos indivíduos, de modo que eles possam se colocar crítica e autonomamente na relação com o meio social e não forçar um ajustamento social.

No Estação Família, os grupos socioeducativos serão compostos por, aproximadamente, 25 a 30 pessoas. Os encontros dos grupos serão realizados e acompanhados mensalmente pelos técnicos, nos CRAS, e terão duração mínima de duas horas. O grupo será formado por representantes da família, podendo ser: pai, mãe, avós, filho (a) mais velho, entre outros. É importante considerar os modelos de família que poderão estar no grupo (nuclear, monoparental e outros arranjos), os modos de agir e pensar dessas famílias e as circunstâncias reais de vida de cada uma delas.

Os encontros dos grupos socioeducativos, devem ser planejados com atenção e antecedência, incluindo a escolha e preparação dos materiais a serem utilizados para dinamizar a atividade e torná-la agradável e produtiva. Os temas discutidos nos grupos devem ser definidos em conjunto com os participantes, levando-se em conta a natureza das demandas, o objetivo do projeto e o diagnóstico das famílias e dos territórios. Os temas podem ser replanejados, de acordo com novas necessidades detectadas nos atendimentos individuais, nas visitas domiciliares e/ou nas reuniões do próprio grupo.

É recomendada a utilização de dinâmicas de grupo e recursos lúdicos durante os encontros. Eles potencializam os resultados do trabalho e ajudam a manter o interesse e a permanência dos participantes nas atividades. No entanto, é importante observar os objetivos de cada uma das ferramentas selecionadas, como jogos, brincadeiras, atividades artísticas, para que elas realmente consigam incentivar a reflexão sobre as questões importantes para o desenvolvimento do grupo e não se transformem num fim em si mesmas.

Durante o percurso de 12 meses em que a família participa do projeto recomenda-se ainda para o trabalho socioeducativo.

- >> Trabalhar com uma programação flexível;
- >> Utilizar dinâmica de grupo, com a finalidade de explorar situações, vivências e temas;
- >> Observar que o grupo tem início, meio e fim, portanto, as abordagens devem estar em consonância com cada fase. Ter em mente que o grupo é uma espiral em movimento;
- >> Tomar consciência que o grupo não é domínio do técnico, mas um campo de realidades de saberes;

>> Usar vários materiais educativos de comunicação: cartilhas, folhetos, textos, vídeos, músicas etc;

>> Agregar ao grupo o saber interdisciplinar, com a participação de profissionais de várias áreas;

>> Investir no alcance dos objetivos propostos, de forma a estimular a reflexão e formação de novas competências familiares, novos conhecimentos, novas atitudes e formas de enfrentar suas dificuldades;

>> Identificar as possibilidades de cada município, agregar ao trabalho, ações de inclusão produtiva, com cursos de qualificação profissional e geração de renda, articulando o Estação Família com outras iniciativas desenvolvidas em nível local.

>> Tanto na abordagem individual ou grupal, ressaltar dois aspectos: os objetivos institucionais com o Projeto e aquilo que você deseja alcançar na sua mediação.

Esses cuidados vão colocar você como mediador dos objetivos do Projeto, do grupo e da intervenção profissional. O trabalho consciente, planejado, participativo, transparente e crítico vai possibilitar o fortalecimento dos vínculos entre os membros do grupo e o profissional. É um fazer e refazer constantes que exigem do técnico:

>> Conhecimento contextualizado;

>> Criatividade e interesse;

>> Capacidade e sinergia;

>> Conexão entre o pensar, sentir e agir;

>> Manejo de conflitos;

>> Atitudes com ética, verdade e respeito;

>> Consciência dos limites e possibilidades.

As ações de acompanhamento devem possibilitar o fortalecimento e ampliação dos diferentes tipos de recursos/ferramentas que as pessoas e famílias possuem e/ou que podem mobilizar no enfrentamento das adversidades e riscos. Destaca-se, nessa etapa, o aspecto psicossocial do trabalho, configurando-se uma oportunidade para que as próprias famílias se apropriem do seu processo de desenvolvimento, de agir ou reagir, a fim de que possam prevenir ou superar as vulnerabilidades.

Cabe, por fim, pensar nos registros necessários ao trabalho com os grupos, que podem ser transformados em dados consistentes e indicadores com capacidade de mensurar resultados quali-quantitativos do projeto.

Passo 7 - Redes Sociais

Segundo a definição de Olivieri, “redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis(...)supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social” (OLIVIERI,2003,p.1).

Pela definição, a noção de rede remete à ideia de entrelaçamento, e como tal pressupõe a existência, tanto de elementos que lhe dão sustentação, como de espaços a serem preenchidos. A estrutura da rede é flexível, porém ela fica mais forte e resistente se forem reforçados esses elementos, ou seja, os espaços existentes na trama forem preenchidos. A estrutura geral e as posições dos sujeitos nessas redes moldam as suas ações e estratégias, ajudam a construir os papéis, os projetos, os referenciais e os recursos. Num trabalho em rede, existe a possibilidade de conflito, mas também de ações de cooperação. A finalidade é agregar forças, formando como alicerce do trabalho os princípios da responsabilidade partilhada, da capacidade operativa e da solidariedade.

Com base nos documentos sobre o trabalho com famílias realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 2007, a rede pode se apresentar com a seguinte tipologia⁶:

>> **Rede de Cooperação Mútua** - mobilização e organização de moradores e/ou grupos em torno de um objetivo comum e prático, gerando ações e interações entre os participantes e promovendo a reflexão, a convivência e a solidariedade diante de problemas comuns.

>> **Rede de Cooperação em torno de um Caso** - mobilização e organização de moradores e/ou grupos em torno de um caso que precise do apoio da família e da comunidade, gerando ações e interações entre os participantes da rede, promovendo a reflexão, a convivência e a solidariedade diante do mesmo.

>> **Rede Intersetorial** - mobilização e organização dos diversos atores sociais sejam eles públicos, privados ou representantes de ONG que planejam, executam e avaliam ações inter-relacionadas, objetivando o cumprimento de suas condicionalidades e a observação das diretrizes por parte de cada um desses atores envolvidos.

Assim como um tecido é formado por uma trama de fios, numa rede as organizações funcionam como pontos ou nós, e as interrelações entre elas formam os fios que se entrelaçam. Quanto mais pontos de sustentação ou nós, mais forte e resistente é a rede.

No projeto Estação Família, a ênfase é na rede socioassistencial, e na intersetorial que é formada por um conjunto integrado de ações, da iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social. A rede funciona como instância de colaboração e através dela as famílias têm mais possibilidades de ter acesso aos serviços socioassistenciais e a outros disponibilizados pelas diferentes políticas públicas.

O trabalho em rede exige uma ação articulada entre as instituições que a compõem, para que as soluções sejam potencializadas. Deve-se fazer um levantamento de todas as entida-

⁶Metodologia do Trabalho com Famílias nos NAF. Prefeitura de BH, 2007.

des/instituições, seus equipamentos sociais e os serviços das diversas políticas públicas que possam servir de retaguarda ao atendimento às famílias, apoiando-as na função de cuidado e proteção de seus membros.

É preciso realizar visitas institucionais, contatos, encontros sistemáticos que viabilizem os atendimentos às famílias, de modo que elas possam alcançar os objetivos e metas pactuadas.

Para consolidar a dinâmica das redes não basta providenciar os encaminhamentos das famílias a serviços e programas. Uma estratégia importante é o encaminhamento monitorado entre parceiros locais do projeto e usuários. A efetividade desse processo depende da criação de um pacto entre os parceiros, que se comprometem com o estabelecimento de um fluxo de informações gerenciais e técnicas, e com a padronização de instrumentos de registro dos atendimentos e comunicação entre as instituições. Com esses elementos, é possível modelar a referencia e a contrareferência das famílias do projeto.

Monitorar os encaminhamentos significa também identificar os elementos internos (relacionados à família) ou externos (que fogem à governabilidade do projeto), que dificultam ou facilitam o atendimento das famílias. Sua prática subsidiará a análise dos resultados do projeto, tendo como parâmetro o desenvolvimento das famílias.

 Dicas

- >> Para Mobilizar a Rede
- >> Visite as entidades, instituições da rede;
- >> Promova reuniões, fóruns de debate e de deliberações sobre fatos, temas, questões comuns a rede
- >> Pactue um fluxo de informações e de comunicação para a rede;
- >> Planeje ações globais em rede;

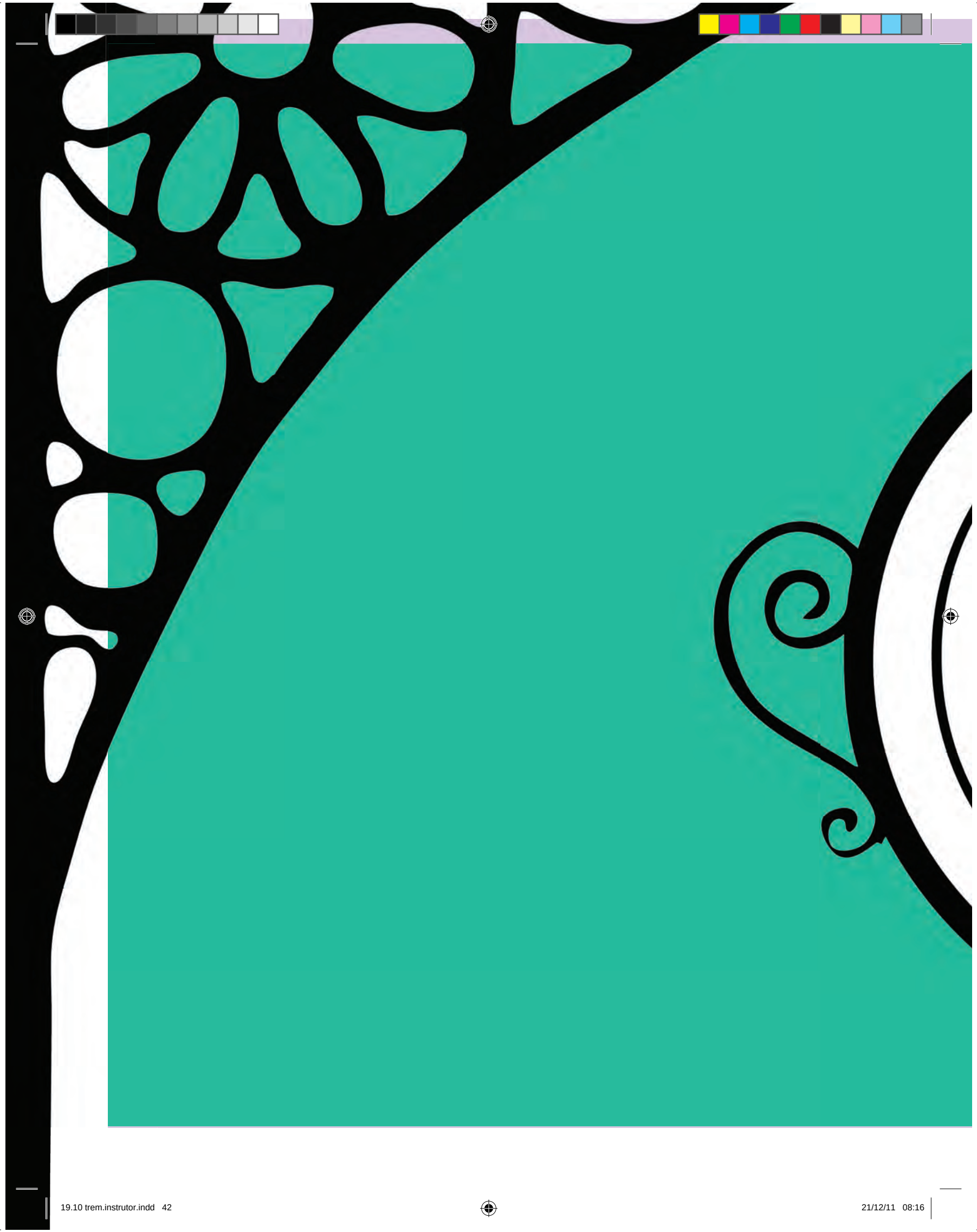
 A Rede e o Estação Família:

- >> Divulgue o Projeto junto à rede;
- >> Convide instituições a rede para os eventos do Projeto;
- >> Pactue com a rede: os serviços, recursos humanos, infraestrutura e outros;
- >> Avalie com representantes da rede a efetividade do trabalho.

Dicas

- >> A rede social pode ser composta por instituições e entidades das áreas de: Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Trabalho, Segurança Pública, Órgãos de Defesa de Direitos, Justiça, Segurança Alimentar e Nutricional, Habitação, Desenvolvimento Agrário, Conselhos, Sindicatos, Entidades Filantrópicas, ONGs e outros;
- >> A família deve ser encaminhada para ser atendida na rede, e, em seguida, trazer o resultado sobre a demanda solicitada;
- >> Convide as instituições existentes no território para os eventos do projeto e também divulgue o projeto junto à rede;
- >> Negocie com a rede: serviços, recursos humanos, infraestrutura e outros insumos de modo a potencializar o atendimento às demandas das famílias;
- >> Avalie com representantes da rede a efetividade do trabalho.







Terceira Estação

III. Moni- toramento e Avaliação

Ajustando os
vagões ao percurso

É o acompanhamento sistemático e contínuo das atividades, insumos e recursos. Está sempre relacionado aos objetivos e deve ser realizado durante todo o período de execução do programa/projeto. Sendo parte integrante de sua gestão, com o monitoramento é possível captar as informações definidas previamente como prioritárias e produzir os elementos necessários para a avaliação.

O monitoramento começa desde o momento do desenho do projeto. Durante essa fase, são definidos objetivos, metas, estratégias, orçamento, que podem ser ajustados, na medida em que os indicadores vão sendo definidos.

No tocante ao Projeto Estação Família, o monitoramento será abrangente e incidirá sobre dois objetivos:

>> Captar em que medida as famílias ampliaram suas competências e o acesso aos ser-

viços e benefícios que lhes asseguram seus direitos. Acompanhar se houve mudanças nas atitudes, possibilitando melhorar a dinâmica familiar e as relações e vínculos com a comunidade, aspectos que em última instância, influenciam de maneira mais sustentável, no modo de enfrentar as adversidades e vulnerabilidades;

>> Criar uma cultura de monitoramento e avaliação de projetos entre os parceiros, acompanhando os indicadores de eficiência e eficácia.

Frente a esse desafio, o projeto desenvolveu um programa informatizado (software), com capacidade de processar e armazenar dados. Esse processamento possibilitará uma gestão mais eficiente da informação e subsidiará o monitoramento e avaliação do projeto. Com essa ferramenta, é possível que gestores e técnicos dos municípios e da coordenação estadual, com controles de acesso diferenciados, possam cadastrar, monitorar e avaliar o desenvolvimento das famílias, a partir de um conjunto de sete dimensões: documentação, dinâmica familiar, educação, saúde, assistência social, renda, e habitação. Para cada uma delas, foram os aspectos a serem monitorados e a fonte de coleta de dados (ver quadro abaixo)

Dimensão	Aspectos a serem monitorados	Fonte de Informação
1. Documentação	>> Documentação pessoal necessária para a condição de cidadania	>> Cadastro da família e das pessoas
2. Dinâmica Familiar	>> Relações intra e interfamiliar	>> Cadastro da família
	>> Conflitos intrafamiliares	>> Registro de visita domiciliar
	>> Violência doméstica	
3. Educação	>> Crianças na Educação Infantil	>> Atendimento individualizado
	>> Crianças e adolescentes no Ensino Fundamental	>> Observação <i>in loco</i> .
	>> Crianças alfabetizadas	>> Cadastro da família
	>> Pessoas com deficiência na escola	>> Atendimento individualizado
	>> Jovens e adultos analfabetos	>> Contato com a Escola

Dimensão	Aspectos a serem monitorados	Fonte de Informação
	>> Jovens e adultos em programas de alfabetização >> Anos de estudos do responsável pela família	>> Autoinformação
4. Saúde	>> Crianças com caderneta de saúde em dia >> Grávida com acompanhamento pré-natal >> Mulheres com exame Papanicolaou em dia >> Pessoas com diabetes e/ou hipertensas acompanhadas pelos serviços de saúde >> Família atendida no UPSF >> Atendimento para exame preventivo ao câncer de próstata >> Garantia de atendimento de saúde do idoso, pessoa com deficiência e pessoa com dificuldade de mobilidade (atendimento no domicílio) >> Quantidade de refeições por dia	>> Cadastro da família e das pessoas >> Acompanhamento em parceria com o agente de saúde >> Cadastro da família - Registro de visitas domiciliares >> Autoinformação >> Receituário
5. Renda	>> Renda própria da família >> Transferência de renda para família	>> Cadastro da família e das pessoas >> Carteira profissional >> Atendimento individualizado
6. Assistência Social	>> Acesso da família e dos seus componentes (criança, adolescente, jovem, idoso, PCD) a serviços socioassistenciais (projetos, programas, serviços, benefícios)	>> Cadastro da família e das pessoas >> Registro de visita domiciliar >> Registro no CRAS/PAIF

Dimensão	Aspectos a serem monitorados	Fonte de Informação
	>> Família com tarifa social de energia elétrica >> Família atendida no PAIF >> Jovens em inclusão produtiva (qualificação e/ou geração de renda etc) >> Garantia de atendimento de assistência do idoso, pessoa com deficiência e pessoa com dificuldade de mobilidade (atendimento no domicílio)	>> Atendimento individualizado >> Observação <i>in loco</i>
7. Habitação	>> Higiene da casa >> Higiene pessoal >> Acondicionamento do lixo e destino do lixo >> Tratamento da água >> Situação habitacional legal >> Condições da habitação >> Localização da habitação >> Existência de esgoto sanitário	>> Cadastro da família >> Registro de visitas domiciliares >> Cadastro da família >> Registro de visitas domiciliares >> Observação <i>in loco</i> >> Conta de luz e água

Nesse sistema, serão registrados todos os dados relacionados à operacionalização: panorama dos municípios e dos CRAS, perfil dos técnicos, cadastro das famílias e dos seus componentes, aspectos dos domicílios, cadastro da rede socioassistencial, plano de trabalho e outros.

O sistema deve ser alimentado nos municípios e permitirá cadastrar as famílias criando um banco de dados, de acordo com os indicadores pré-definidos e os resultados esperados para cada uma das dimensões.

Dois grandes desafios se apresentam e exigem esforços para superação. O primeiro diz respeito à fragilidade das informações, pois não é comum no campo da assistência social o trabalho persis-

tente, cuidadoso e sistemático de coletar, armazenar e analisar informações; o segundo é garantir assessoramento sistemático, por parte do Estado aos municípios e estes últimos as famílias.

Esses pressupostos serão superados com a efetivação do pacto feito entre os parceiros, que se traduz no compromisso da equipe dos CRAS e da STDS de monitorar sistematicamente o projeto e da destinação de recursos financeiros pelo Estado e municípios para a implementação do projeto.

Durante a permanência das famílias no projeto, será priorizado o acompanhamento das dimensões, com resultados a serem alcançados conforme os seguintes marcos de graduação: insuficiente, regular e suficiente. A partir do marco zero (situação inicial), definem-se os apoios necessários para que as famílias consigam alcançar a situação desejada. É o acompanhamento do conjunto de indicadores mensuráveis e verificáveis do Estação Família que poderá demonstrar o grau de alcance dos seus objetivos, metas e atividades.

Monitoramento no nível estadual

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) realizará monitoramento trimestral do projeto, através de visitas da equipe técnica. Nesse trabalho, o foco é o acompanhamento técnico e financeiro das ações, que se realizam no município. Desse modo, a Coordenadoria da Proteção Social Básica e Segurança Alimentar e Nutricional, recebe dos municípios as informações gerenciais necessárias à tomada de decisão, possibilitando o replanejamento e a melhoria da eficiência e eficácia do trabalho.

As atividades de monitoramento e avaliação deverão informar sobre o andamento do projeto e as necessidades de correção de rumo em curto prazo. Para a realização dessas atividades, o projeto definiu indicadores e desenvolveu como uma das ferramentas de gestão, um sistema informatizado, que opera em rede com os municípios, que informa o andamento dos componentes e do programa como um todo.

Nesse nível, os objetivos incluem:

- >> Verificar se os recursos (financeiros, humanos, materiais) estão sendo utilizados de maneira eficiente;
- >> Acompanhar o desempenho do plano de ação;
- >> Observar a aplicabilidade da metodologia;
- >> Sondar o nível de satisfação dos usuários;
- >> Observar o grau de cooperação e/ou integração entre os setores envolvidos;
- >> Constatar a agilidade (ou não) das tomadas de decisão;
- >> Averiguar os planos de providências ou ações corretivas;
- >> Sondar a percepção dos parceiros e órgão de controle social sobre o desenvolvimento do Polo.

No processo de monitoramento do Estação Família, a equipe técnica da STDS deve utilizar os dados e informações dos relatórios municipais e das observações in loco, visualizando os aspectos de avanço, as situações-problema, os desafios, entre outros. A partir dessas informações e de outras, geradas pelo sistema de monitoramento, a equipe deverá formular um relatório sobre a situação encontrada e, quando necessário, orientar os participantes e outros interessados, sobre as alternativas para superar as dificuldades. É aconselhável, planejar treinamentos em serviço para gestores e técnicos municipais sobre a utilização do sistema de monitoramento.

O relatório final (e/ou ajuda memória da visita de monitoramento) será encaminhado ao gestor municipal e ao estadual para conhecimento e tomada de decisões cabíveis.

Monitoramento no nível municipal

No nível municipal, o monitoramento refere-se à gestão local do Projeto e ao acompanhamento do trabalho socioeducativo desenvolvido pelas equipes técnicas do CRAS.

O projeto será executado e acompanhado pela equipe municipal do CRAS, que será capacitada para manusear e alimentar os dados do referido software (programa).

A coordenação do acompanhamento das atividades e dos resultados é de responsabilidade do coordenador(a) do CRAS, que enviará relatórios mensais à Secretaria Municipal de Assistência Social, e trimestrais à STDS.

O monitoramento, nesse nível de abrangência, deve identificar se os objetivos e metas definidas para o município foram atingidos, tendo como parâmetros os seguintes indicadores:

- >> Nº de CRAS que estão executando o projeto;
- >> Nº de famílias atendidas no projeto por CRAS;
- >> Nº de PIF elaborados, acompanhados e concluídos (metas realizadas);
- >> Nº de visitas de acompanhamento familiar realizadas por CRAS;
- >> Nº de grupos socioeducativos funcionando;
- >> Porcentagem de frequência por grupos;
- >> Nº de reuniões socioeducativas realizadas por grupo;
- >> Nº de encaminhamentos à rede;
- >> Porcentagem de encaminhamentos com resultado satisfatório (atendido);
- >> Porcentagem de encaminhamentos com resultado insatisfatório (não atendido).

3.1. Avaliação

Entendemos a avaliação como um processo sistemático, permanente, formativo e orientador de resultados. É o termômetro que nos diz os graus de efetividade do projeto, primordialmente dos aspectos qualitativos relacionados às mudanças de atitude, comportamento, costumes, acesso a informação e serviços, por parte dos usuários (famílias), na relação com o espaço societário.

Para registrar as etapas do percurso durante a execução, monitoramento e avaliação, o projeto dispõe do sistema informatizado, que funcionará em rede, interligando a coordenação estadual com os CRAS.

A ideia é que no processo avaliativo os gestores, as equipes e participantes do Estação Família possam encontrar seus caminhos de aprendizagem e desenvolvimento, com ampliação dos níveis de consciência, responsabilidade e participação.

No escopo do Estação Família, será desenvolvida a avaliação formativa (processo), que tem como fim “prover informações essenciais sobre um determinado programa, para que os gestores possam introduzir mudanças, a fim de melhorá-lo ainda durante o processo de implementação” (CHIANCA, 2001).

Segundo Carvalho (2005), o processo de avaliar envolve o conceito de eficiência, que examina a relação entre a aplicação de recursos e os serviços resultantes desta aplicação. Logo, o projeto será mais eficiente se gerar mais benefícios e serviços a um menor custo. No que diz respeito à eficácia, a análise será feita com base na variável tempo em relação ao alcance dos objetivos e metas do projeto. A efetividade por sua vez, será medida a partir da análise sobre a capacidade do projeto atender, de fato, à demanda social dos usuários, causando transformações na vida dessas pessoas e na realidade em que estão inseridas. Em síntese, pode-se dizer que a avaliação é um processo de julgamento de valores no qual se mede o alcance dos objetivos e atividades planejadas, verificação e análise de informações sobre a relevância dos objetivos e estratégias, envolvendo estudo da eficácia no alcance dos objetivos, eficiência no uso dos recursos, efetividade junto aos usuários, qualidade e sustentabilidade na entrega dos serviços.

Esse processo será desenvolvido pela parceria municipal e estadual, no formato similar ao do monitoramento.

O processo avaliativo pode ser orientado por perguntas como:

- >> O que se quer conhecer e investigar no processo de implementação?
- >> O que se coloca como dificuldade?
- >> Quais os entraves no nível técnico-operacional e de gestão?
- >> Qual o nível de satisfação dos usuários?
- >> Quais as conquistas e avanços?

Esse trabalho propõe um monitoramento contínuo e uma avaliação participativa, interativa e cíclica. Assim, as equipes técnicas devem estar abertas para expor as suas práticas educativas à análise,

visando enriquecê-las e aprimorá-las. Para que avaliação seja incorporada à prática pedagógica dos técnicos, eles devem estar presentes no planejamento, de modo que este se torne instrumento ativo e norteador do projeto.

Para cumprir esses objetivos, o papel do monitoramento e avaliação precisam transcender a fiscalização, abrangendo uma intensa reflexão, que permita aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos. Só então, aprendendo pela experiência, em bases contínuas, haverá um direcionamento preciso das ações a serem desenvolvidas.

Avaliação no nível municipal

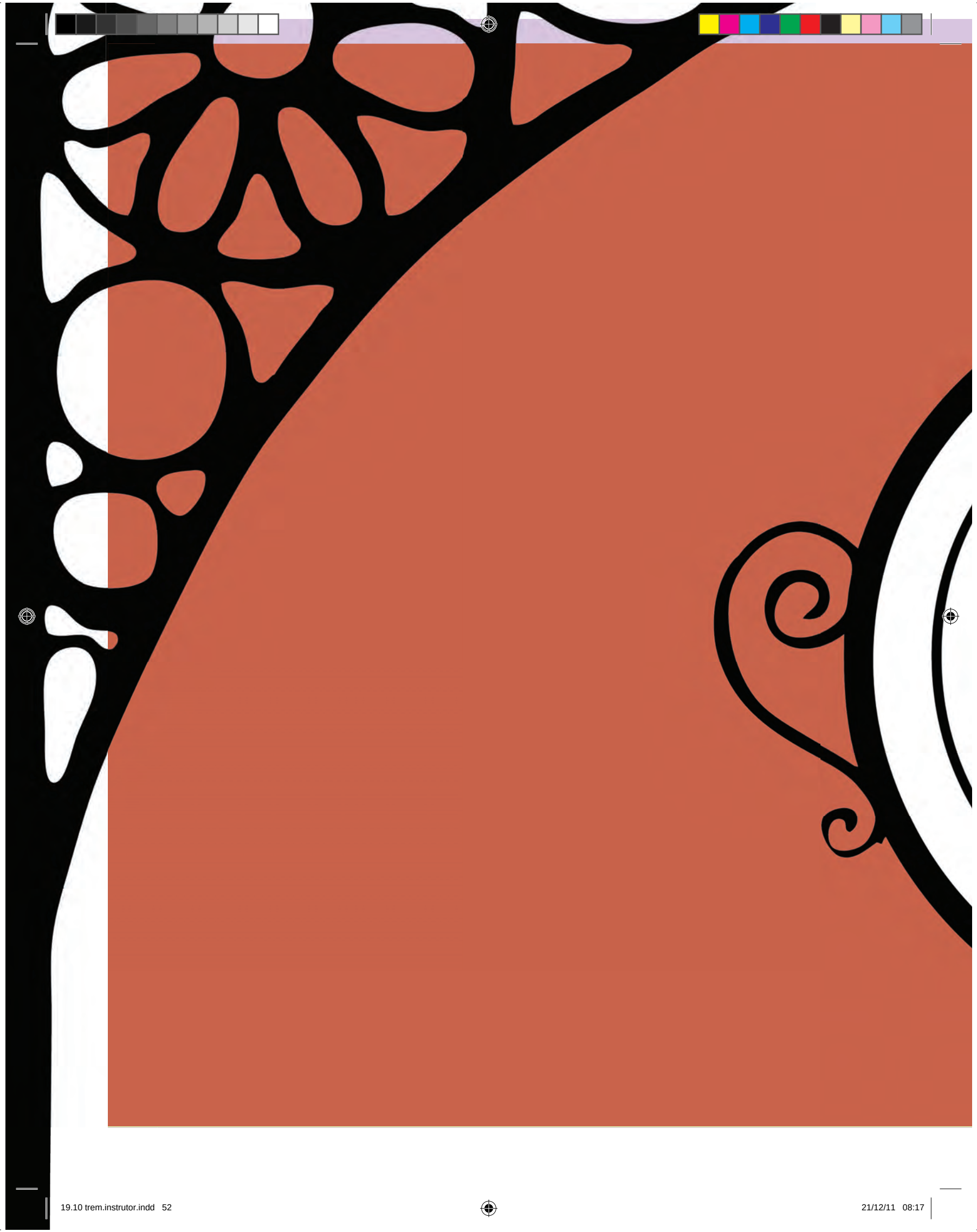
No nível municipal, a avaliação será realizada trimestralmente, junto aos usuários, equipe executora e parceiros, coordenada pela equipe do CRAS, em parceria com os órgãos de controle social. Ela vai identificar limitações, dificuldades, desafios e entraves que impedem o Estação Família de atingir seus objetivos, bem como registrar os seus avanços. Isso possibilita que os gestores, ainda na fase de implementação, refaçam seus planejamentos e revejam as estratégias, os recursos, entre outros aspectos, na perspectiva de avançar com maior sustentabilidade e efetividade.

Avaliação no nível estadual

As avaliações serão realizadas de forma democrática, com a participação dos parceiros e usuários, através de reuniões ampliadas, seminário, com registro em relatórios, com periodicidade semestral. A avaliação permite aperfeiçoar as ações do Plano de Ação, introduzindo ações corretivas ou proativas, necessárias ao alcance dos resultados e à melhoria do atendimento.

Na instância estadual, a STDS também poderá, ao final de cada ano, realizar uma investigação avaliativa de impacto, com a colaboração de agentes externos, como universidades ou agências de pesquisa. Essa investigação também empregará métodos qualitativos e quantitativos, mas deverá estar focada na mensuração e análise dos resultados e impactos do projeto, utilizando-se da linha de base construída no início da execução do mesmo. Entre outros objetivos, essa avaliação deverá observar, em que medida, o Estação Família cumpriu seu objetivo geral e os objetivos específicos. Deverá ainda apontar as lições aprendidas com execução, identificar principais dificuldades e soluções geradas durante a execução e apontar sugestões para o gestor municipal e estadual. Os resultados dessa avaliação deverão ser divulgados e debatidos em seminário, com a participação de representantes dos parceiros, dos municípios, bem como de outros stakeholders do programa.







Anexos







Formulário: escolha dos territórios e das famílias

1. TERRITÓRIO

Área de abrangência do CRAS

Maior vulnerabilidade territorial (Nota Técnica nº 23)

Maior população vulnerável

As famílias podem ser 100% de uma mesma localidade ou de até 02 localidades.

2. FAMÍLIAS

Residir nos território do CRAS

Fazer parte do Programa Bolsa Família

Estar inscrito no CADÚNICO

Adesão ao Projeto

3. CRITÉRIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE

O quadro foi construído a partir da definição de população vulnerável utilizada no texto da PNAS.

A família com maior vulnerabilidade é aquela que congrega maior número de pontos.

A inclusão no Programa será feita por ordem decrescente, ou seja, da maior soma de pontos para a menor.

A fonte de informação deve ser o CADÚNICO, em cada município.



Critérios de maior vulnerabilidade	Pontuação
1. Família pobre com renda per capita inferior a ½ salário mínimo	05
2. Família com chefe de família desempregado	05
3. Família na qual o chefe da família é mulher	05
4. Família na qual há uma pessoa com idade de 16 a 29 anos, desocupada, procurando trabalho.	04
5. Família na qual há uma pessoa com idade de 7 a 14 anos, que não está estudando.	04
6. Família com os pais/responsáveis com 4 ou menos anos de estudo	04
7. Famílias com crianças e adolescentes de 0 a 14 anos	03
8. Família com uma pessoa com deficiência e/ou idoso	02
Total	32





Anexo 2

Marcos de gradação da situação da família por diferentes aspectos das dimensões monitoradas

Dimensões/ Aspectos	Marcos de gradação da situação familiar		
Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
1. Dinâmica familiar	>> Pelo menos 1 relato de violência física na família	>> Não há situação intermediária aceitável para a dimensão violência	>> Não há relato de violência física na família
Aspecto: Relações intra e interfamiliar	>> Pelo menos 1 relato de violência psicológica na família		>> Não há relato de violência psicológica na família
	>> Pelo menos 1 relato de violência sexual na família		>> Não há relato de violência sexual na família
	>> Pelo menos 1 relato de negligência na família		>> Não há relato de negligência na família

Aspecto: Conflitos intrafamiliares	>> Relato de conflitos por presença de alcoolismo e/ou drogas	>> Relato de conflitos esporádicos por uso de álcool e/ou drogas	>> Redução dos conflitos por consumo de álcool e drogas
	>> Pessoas não assumem seu papel social na família	>> Relato que as pessoas assumem seus papéis apenas eventualmente	>> Pessoas da família começam a assumir seus papéis
	>> Inexistência de diálogo entre membros da família	>> Relato de iniciativas de diálogo, mesmo esporádicos	>> Há presença de diálogo pelo menos entre alguns membros da família
	>> Relato de conflitos intergeracionais frequentes (diário, semanal, mensal,quinzenal) entre membros da família(pais e mãe, pais e filhos)	>> Relato de conflitos esporádicos e/ ou raros entre os membros da família(de vez em quando)	>> Inexistência ou redução de conflitos intrafamiliares



Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
2. Saúde	>> Nenhuma criança com caderneta de saúde >> Mulheres grávidas sem pré-natal >> Nenhuma mulher adolescente, jovem e/ou adulta com exame Papanicolau realizado anualmente >> Diabéticos e hipertensos da família não recebem atendimento no sistema de saúde >> Família não é cadastrada e nem atendida pelo PSF >> O lixo doméstico não é manejado corretamente no domicílio (os depósitos são mantidos abertos e o lixo úmido e seco é misturado na embalagem) >> O lixo é jogado a céu aberto	>> Parte das crianças têm caderneta de saúde >> Mulheres grávidas com pré-natal irregular >> Pelo menos 1 mulher adulta da família com exame Papanicolau realizado anualmente >> Parte dos diabéticos e hipertensos da família é atendida pelo serviço de saúde >> Parte da família é cadastrada e alguns membros são atendidos na unidade do PSF >> O lixo doméstico é acondicionado em depósito com tampa, porém os resíduos úmidos e secos são misturados >> Parte do lixo é enterrado e/ou queimado	>> Todas as crianças possuem cadernetas de saúde com atualização de vacina, peso e altura >> As mulheres grávidas da família com pré-natal em dia >> Todas as mulheres adultas da família com exame Papanicolau realizado anualmente >> Diabéticos e/ou hipertensos da família são atendidos pelos serviços de saúde >> A família é cadastrada e atendida na unidade do PSF >> O lixo doméstico é manejado corretamente pela família (depósitos com tampa, separados os úmidos dos secos) >> Lixo coletado por coleta pública

Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
2. Saúde	>> Membros da família não têm uma rotina diária de higiene pessoal >> A família não tem uma rotina diária de higiene da casa >> A família não bebe água filtrada >> A água usada pela família para os serviços de higiene e domésticos não é de fonte segura (açude, rio, carro pipa, lagoa etc) >> A família não faz 3 ou faz menos de 3 refeições diárias	>> A família pratica algumas atividades de higiene pessoal, porém apenas algumas vezes por semana >> A família desenvolve atividades de higiene da casa esporadicamente >> A família consome água tratada somente algumas vezes >> A água usada pela família para serviços de higiene e domésticos é parcialmente segura (cacimba, cisterna etc) >> A família faz 3 refeições diárias (café, almoço e jantar)	>> Todos os membros da família adotam uma rotina diária de higiene (banho, escovação dos dentes, lavagem das mãos, roupas limpas etc) >> A família desenvolve atividades de higiene da casa diariamente (varre o piso, lava e/ou organiza, cozinha, utensílios, banheiro, materiais, roupas, alimentos etc) >> A família bebe água tratada (filtrada, fervida ou clorada) >> A água consumida pela família para serviços de higiene doméstica é de fonte segura (Cagece, poço) >> A família faz mais de 3 refeições diárias (café, almoço, merendas e jantar)

Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
3. Educação	>> Nenhuma criança até 5 anos frequentando creche e/ou pré-escola >> Nenhuma pessoa de 6 a 14 anos está matriculada em escola do Ensino Fundamental >> Nenhuma criança acima de 8 anos alfabetizada >> Nenhuma Pessoa com Deficiência - PcD matriculada na escola >> Todas as pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas >> Nenhuma pessoa analfabeta frequenta cursos de alfabetização de adultos >> Responsável pela família tem menos de 4 anos de estudo	>> Pelo menos 1 criança de 6 meses a 5 anos frequenta creche e/ou pré-escola >> Algumas pessoas da família, de 6 a 14 anos, estão matriculadas e frequentando Escola de Ensino Fundamental >> Algumas crianças acima de 8 anos são alfabetizadas (sabem ler e escrever) >> Pelo menos 1 PcD matriculada e frequentando escola >> Apenas 1 pessoa da família com 15 anos ou mais não estão alfabetizadas >> Pelo menos 1 pessoa frequenta curso de alfabetização de adultos >> Responsável pela família com 4 anos de estudo ou fundamental completo	>> Todas as crianças, na faixa de 6 meses a 5 anos, frequentam creche e/ou pré-escola >> Todas as pessoas de 6 a 14 anos estão matriculadas e frequentando Escola no Ensino Fundamental >> Todas as crianças acima de 8 anos estão alfabetizadas (sabem ler e escrever) >> Todas as PcDs matriculadas e frequentando a escola >> Todos as pessoas, com 15 anos ou mais, são alfabetizados >> Todas as pessoas analfabetas frequentam cursos de alfabetização de adultos >> Responsável pela família com fundamental completo ou mais

Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
4. Habitação Aspecto: Situação legal do domicílio	>> Famílias com domicílio próprio porém, sem documentação do imóvel >> Família sem domicílio próprio	>> Famílias com domicílio próprio e em processo de regularização da documentação >> Família com domicílio cedido ou alugado	>> Famílias com domicílio próprio e documentação regularizada (escritura/registro) >> Família com domicílio cedido ou alugado
Aspecto: Condições de habitação	>> Família reside em domicílio de taipa, adobe ou outros materiais inadequados >> Uso de fontes alternativas (lâmpião, lamparina etc) >> Domicílio não conta com nenhum tipo de fossa e esgoto >> Domicílio localizado em área de risco (áreas alagadas, leito de rio/açudes, lixão, área de violência, drogas) >> De 1 a 2 cômodos(sem banheiro)	>> Famílias em processo de melhoria habitacional (em reforma, construção) >> Inadequado >> Domicílio conta com fossa rústica ou séptica >> Não se aplica >> De 3 a 4 cômodos (com banheiro)	>> Família reside em domicílio construído em alvenaria >> Domicílio tem energia elétrica >> Domicílio com esgotamento sanitário >> Domicílio localizado em área segura >> Acima de 4 cômodos (com banheiros)

Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
5. Renda Aspecto: Renda própria familiar	>> Responsável pela família não possui renda fixa mensal >> Nenhuma pessoa da família, além do responsável, possui renda mensal fixa >> Nenhuma pessoa da família, acima de 60 anos, recebe aposentadoria, nem o BPC.	>> Responsável pela família tem renda esporádica >> Pelo menos 1 pessoa (fora o responsável) possui renda e contribui com o sustento da família >> Pelo menos 1 pessoa acima de 60 anos recebe aposentadoria e/ou BPC	>> Responsável pela família possui renda mensal fixa >> Mais de 1 pessoa (fora o responsável) tem renda fixa e contribui com o sustento da família >> Todas as pessoas acima de 60 anos recebem aposentadoria e/ou BPC
Aspecto: Transferência de renda	>> Nenhuma pessoa com deficiência na família recebe o BPC >> Família com perfil do Bolsa Família e não é beneficiária do programa >> Nenhum idoso com 65 anos ou mais na família recebe BPC	>> Pelo menos 1 PcD na família com BPC >> Não há situação regular >> Pelo menos 1 idoso com 65 anos ou mais na família recebe BPC	>> Todos os PcDs na família com BPC >> Família é beneficiária com o PBF >> Todos os idosos com 65 anos ou mais na família recebem BPC



Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
6. Assistência Social	>> Nenhuma pessoa de 6 a 15 anos é atendida em serviços, programas e projetos do CRAS e da rede socioassistencial	>> Algumas, pessoas de 6 a 15 anos engajadas em serviços, programas e projetos oferecidos pelo CRAS e rede socioassistencial	>> Todas as pessoas de 6 a 15 anos da família engajadas em serviços, programas ou projetos ofertados pelo CRAS e pela rede socioassistencial
	>> Nenhuma pessoa de 15 a 17 anos é atendida em serviços, programas e projetos do CRAS e da rede sócioassistencial	>> Algumas pessoas de 15 a 17 anos engajadas em serviços, programas e projetos oferecidos pelo CRAS e pela rede socioassistencial	>> Todas as pessoas de 15 a 17 anos da família engajadas em serviços, programas ou projetos ofertados pelo CRAS e pela rede socioassistencial
	>> Nenhuma Pessoa com Deficiência - PcD é atendida em serviços, programas e projetos do CRAS da rede socioassistencial	>> Algumas Pessoas com Deficiência - PcDs, atendidas em serviços, programas e projetos do CRAS e da rede socioassistencial	>> Todos os PcDs são atendidas em serviços, programas ou projetos do CRAS e da rede socioassistencial
	>> Nenhuma pessoa com mais de 60 anos na família participa de serviços, projetos ou programa do CRAS e da rede socioassistencial	>> Algumas pessoas com mais de 60 anos engajadas em serviços, programas ou projetos oferecidos pelo CRAS e pela rede sociosistencial	>> Todas as pessoas com mais de 60 anos engajadas em serviços, projetos ou programa oferecidos no CRAS e na rede socioassistencial
	>> Família não participa do PAIF	>> Família participa de 01 atividade do PAIF	>> Família participa de mais de 1 atividade do PAIF
	>> Família não tem acesso à tarifa social	>> Não se aplica	>> Família participa de mais de 1 atividade do PAIF
	>> Nenhum jovem da família com qualificação profissional	>> Pelo menos 1 jovem da família com qualificação profissional	>> Família tem acesso à tarifa social

	>> Nenhum jovem da família, acima de 16 anos, está engajado no mercado de trabalho (formal ou informal)	>> Pelo menos 1 jovem da família, acima de 16 anos, está engajado no mercado de trabalho (formal ou informal)	>> Todos os jovens da família com qualificação profissional >> Todos os jovens da família, acima de 16 anos, estão engajados no mercado de trabalho (formal ou informal)
--	---	---	---

Dimensão	Insuficiente	Regular	Suficiente
7. Identificação Pessoal Aspecto: Documentação	>> Nenhum membro da família possui certidão ou registro civil de nascimento >> Nenhum membro da família acima de 18 anos possui RG >> Nenhum membro da família, com 18 anos ou mais, possui CPF >> Nenhuma pessoa da família, do sexo masculino e com 18 anos ou mais, possui certificado de reservista ou comprovante de alistamento militar	>> Parte das pessoas família possui certidão ou registro civil de nascimento >> Algumas pessoas da família, com 18 anos ou mais, possuem RG >> Algumas pessoas da família, com 18 anos ou mais, possuem CPF >> Algumas pessoas da família, do sexo masculino e com 18 anos ou mais, possuem certificado de reservista ou comprovante de alistamento militar	>> Todos os membros da família são registrados e possuem certidão de nascimento >> Todos os membros da família possuem todos os documentos (RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira Profissional, Certificado de Reservista ou comprovante de alistamento militar)

>> Nenhum membro da família com 16 ou mais, possui Carteira Profissional

>> Nenhuma pessoa da família com 16 anos a mais possui Título de Eleitor

>> Parte da família possui Carteira Profissional

>> Algumas pessoas da família, com 16 anos ou mais, possuem Título de Eleitor



Anexo 3

Dimen- são	Aspectos da di- mensão a serem tra- balhados	Dimensões e Indicadores Monitorados pelo Projeto Estação Família						
		Indicadores						
			Linha de Base	Percurso monitorado				
		Indaga- ções (*)	Situação inicial da família (**)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Situação da família ao final do percurso de 12 me- ses(***)
1. Dinâ- mica familiar	1.0. Rela- ção intra e inter familiar 1.1. Vio- lência Doméstica	Nº de vítimas de violência social na família Quem são os agres- sores? Quem são as vítimas?		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	

1.1. Violência Doméstica

Nº de casos de violência física na família. Quem são as vítimas? Quem são agressores?

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Nº de casos de violência psicológica na família. Quem são as vítimas? Quem são agressores?

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Nº de casos de violência sexual na família. Quem são vítimas? Quem são agressores?

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Nº de casos de negligência na família. Quem são vítimas? Quem são os agressores?

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente

Suficiente
Regular
Insuficiente



		Nº de crianças/adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
1.2. Conflitos intra familiares		Presença de conflito na família pelo uso de álcool, de drogas ilícitas		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
		Presença de pessoas que não a sumem os seus papéis na família.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
		Falta de diálogo entre familiares.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
		Presença de conflito entre: pais/filhos, marido/mulher; enteados/padrastos irmãos/irmãs; outros		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	

	1.3. Pessoas responsáveis pela manutenção da família	Identifique o provedor da família.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	1.4. Pessoas que buscam soluções para os conflitos na família	Existência de pessoas que buscam solucionar e/ou minimizar os conflitos familiares.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
2. Saúde	2.1. Crianças com Cadernetas de Saúde	Nº de crianças com caderneta de saúde em dia		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.2. Grávida com acompanhamento do pré-natal	Nº de mulheres grávidas com acompanhamento do pré-natal em dia.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.3. Mulheres em idade fértil com exame de Papanicolau	Nº de mulheres em idade fértil com exame Papanicolau realizado.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	



	2.4. Pessoas diabéticas e/ou hipertensas na família	Nº de pessoas diabéticas na família acompanhadas pela saúde. Nº de pessoas hipertensas na família acompanhadas pela saúde.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.5. Família no Programa de Saúde da Família	Família cadastrada e atendida na UPSE.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.6. Acondicionamento	Forma de acondicionamento do lixo		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.6. Coleta de lixo	Destino do lixo.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.7. Higiene pessoal	Hábitos de higiene pessoal, praticados diariamente pela família		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	

	2.8. Higiene da casa	Hábitos de higiene da casa, praticados diariamente pela família		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.9. Água utilizada pela família	Especificar o tratamento dado a água usada para beber e para os outros serviços domésticos.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	2.10. Refeições diárias na família	Nº de refeições diárias da família		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
3. Educação	3.1. Crianças na Educação Infantil	Nº de crianças (06 meses a 5 anos) em creche e pré-escola		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
	3.2. Crianças, adolescentes no Ensino Fundamental	Nº de crianças, adolescentes de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	



3.3. Crianças acima de oito anos alfabetizadas	Nº de crianças (acima de 8 anos até 12 anos) alfabetizadas (que afirmam saber ler e escrever)		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
3.4. Pessoas com deficiência com acesso à escola	Nº de pessoas com deficiência matriculadas na escola.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
3.5. Jovens e adultos em Programa de Alfabetização	Nº de jovens e adultos analfabetos. Nº de jovens e adultos em Programa de Alfabetização.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
3.6. Anos de estudo do responsável pela família	Pessoa responsável pela família com no mínimo 4 anos de estudo		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	

4. Habi- tação	4.1. Situ- ação legal da Habita- ção	Famílias com do- micílio próprio, cedido ou alugado Famí- lia com documen- tação do domicílio próprio regulariza- da .		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Famí- lias com registro e escritura pública ou com termo legal de posse do domicílio
	4.2. Condi- ções da Habitação	Tipo de constru- ção da habitação familiar (taipa, adobe, alvenaria, outros materiais inadequa- dos)		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Famí- lia com domicílio construído em alve- naria
		Tipo de ilumina- ção do domicílio.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Domicílio com luz elétrica.





		Nº de cô- modos do domi- cílio.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Domicílios com cômodos e função distintas, com ca- pacidade para aco- modar os membros da família
		Condições sanitárias do domi- cílio (tipo de fossa, banheiro, esgoto).		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Domicílio com fossa/ banheiro.
	4.3. Loca- lização da residência	Em que zona fica loca- lizado o domicílio.		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	
		O domi- cílio está em área de risco (favelas, alagados, lixão, beira de rio)		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Casa construída fora de área de risco.
5. Tra- balho e Renda	5.1. Situ- ação de renda própria da família	Nº de pessoas com renda na família	Suficiente Regular Insuficiente		Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Pessoas adultas (acima de 16 anos) com ocu- pação e renda

	Renda do responsável pela família.	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Responsável pela família com renda fixa mensal.
	Pessoas com aposentadoria previdenciária	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Pessoa aposentada
	Nº de jovens trabalhando	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Jovem acima de 16 anos trabalhando
5.2. Transferência de renda para a família	Nº de idosos com BPC	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Família com pessoa idosa no perfil do BPC com benefício concedido
	Nº de PcDs com BPC	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Família com pessoa deficiente no perfil do BPC com benefício concedido
	Nº de famílias com PBF	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Família com pessoas no perfil do PBF com bolsa concedido



6. As- sistência Social	6.1. Aces- so aos serviços, programas, projetos sócioassis- tenciais	Nº de pessoas (0 a 15 anos) atendidas em servi- ços, pro- gramas, projetos. (especifi- car)	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todas as crianças e adoles- centes atendi- das em projetos, progra- mas, ser- viços da Assistência Social
		Nº de pes- soas (16 a 29 anos) atendidas em serviços, progra- mas, projetos. (especifi- car)	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todos os jovens atendi- das em projetos, progra- mas, ser- viços da Assistência Social
		Nº de PcDs aten- didos em serviços, progra- mas, projetos. (especifi- car)	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todos os PCDs atendi- das em projetos, progra- mas, ser- viços da Assistência Social

		Nº de idosos atendidos em serviços, programas, projetos. (especificar)	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todos idosos atendidos em projetos, programas, serviços da Assistência Social
		Família com tarifa social de energia elétrica.	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Família com benefício concedido
		Família atendida pelo PAIF. Em que atividades	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Família atendida em pelo menos um serviço do CRAS
		Nº Jovens acima de 14 anos com qualificação profissional	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Jovens com curso de qualificação profissional.
7. Identificação pessoal	7.1. Registro de nascimento	Nº de pessoas com registro de nascimento	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todas as pessoas da família com registro de nascimento

	7.2. Carteira de identidade	Nº de pessoas com carteira de identidade	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todas as pessoas da família acima de 18 anos com carteira de identidade
	7.3. Alistamento Militar	Nº de homens com certificado de alistamento militar	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todos os homens maiores de 18 anos com certificado de alistamento militar
	7.4. Cadastro de Pessoa Física - CPF	Nº de pessoas com CPF	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todas as pessoas maiores de 18 anos com CPF
	7.5. Carteira de Trabalho	Nº de pessoas com carteira de trabalho	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todas as pessoas maiores de 16 anos com carteira de trabalho
	7.6. Título de Eleitor	Nº de pessoas com título de eleitor	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Suficiente Regular Insuficiente	Todas as pessoas maiores de 16 anos com carteira de identidade



Plano Individual da Família (PIF)

Apresentação

Este documento expressa as aspirações e necessidades declaradas pelo representante da unidade familiar para superar alguns obstáculos que comprometem a qualidade de vida da família. O conteúdo desse plano pode ser comparado a um mapa de viagem em que se define a rota, as paradas, o tempo de viagem, o meio de transporte, dentre outros itens. Para elaborar esse plano é preciso fazer um pacto entre a família e o projeto e após concluído, ambos devem se comprometer a respeitá-lo, cumprindo todas as tarefas combinadas, apesar da existência de limitações em relação a capacidade de resposta, tanto do projeto como da família.

Cada Plano terá um período de execução de 12 meses, e nesse percurso a família será acompanhada, através de uma intervenção técnica multidisciplinar, no âmbito das dimensões atendidas pelo projeto - dinâmica familiar, documentação, atenção básica de saúde, acesso à educação e assistência social, renda e habitação.

A construção do plano é uma parceria entre o projeto, através da equipe do CRAS e a família. Trata-se de uma atenção individualizada, realizada no domicílio, por meio de visitas, ou no próprio CRAS, com atendimentos individuais, numa relação dialógica, participativa. Na dinâmica de acompanhamento ao PIF será enfatizada a acolhida, a troca de experiências e conhecimentos, os diálogos, a participação em atividades e tarefas, e especialmente, o olhar deve estar atento às mudanças que vão ocorrendo.

Este processo socioeducativo vivenciado pela família será monitorado pela equipe do projeto e os registros técnicos (relatórios de visita, de encaminhamentos, de atendimentos, de sessões grupais), subsidiarão as intervenções sociais, cujo objetivo maior é identificar, estimular e elevar os potenciais e as competências familiares, reduzindo as vulnerabilidades sociais, numa ação protetiva, e de garantia de direitos.



Identificação da Família

Código da família no Projeto: _____

Responsável pela família: _____

Endereço: _____

Composição familiar : _____

CRAS que atende a família: _____

Endereço: _____

Técnico de apoio da família: _____

Termo de Compromisso

O Projeto Estação Família e a família do(a) Sr.(a) _____
celebram entre si o compromisso de adesão e de participação nas ações e atividades
do referido projeto, observando suas normas e procedimentos, bem como as metas
pactuadas com a família, com a finalidade de elevar
as potencialidades e as competências familiares .

_____, _____ de _____ 2010

Assinatura do responsável pela família

Assinatura do responsável pelo CRAS



Plano Individual da Família - PIF

Cara Família,

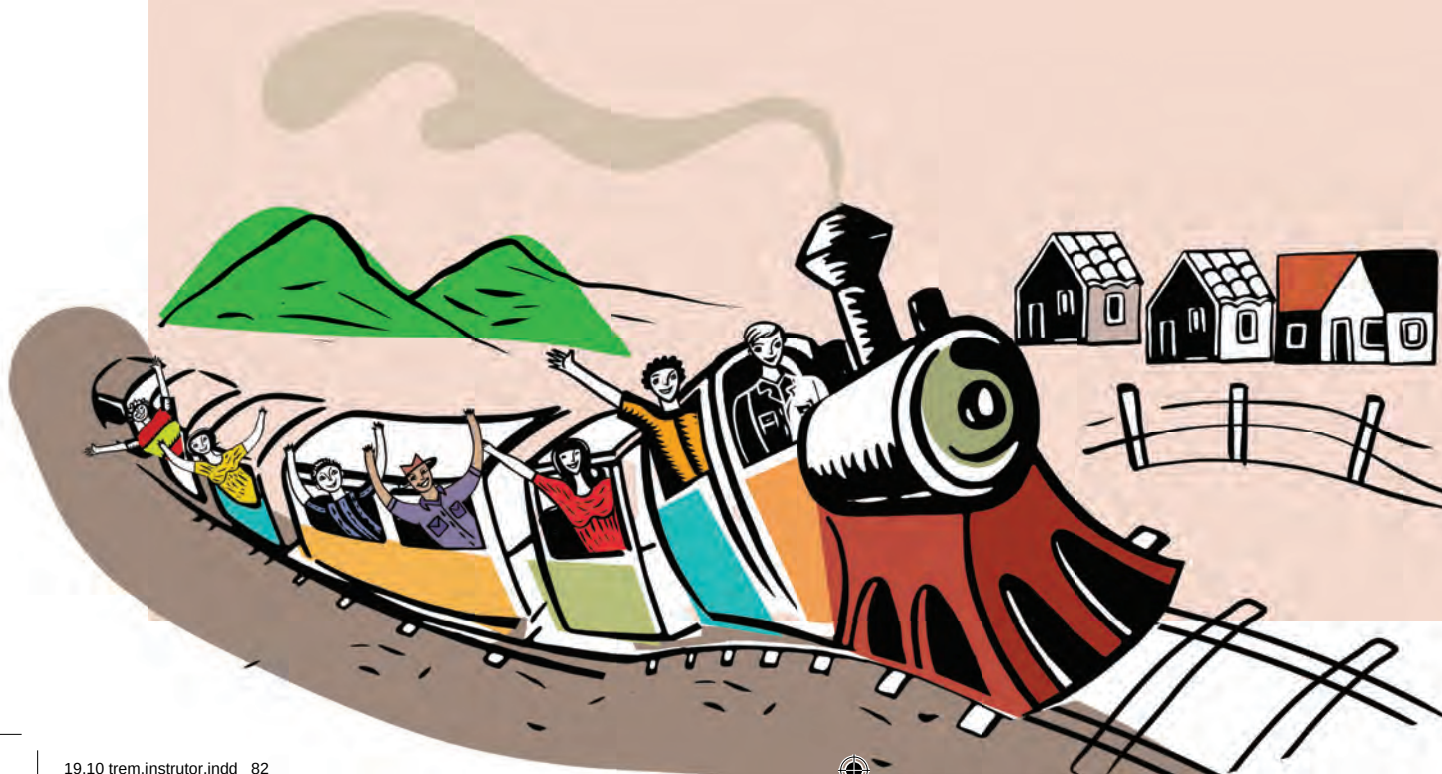
A partir da sua adesão ao Projeto Estação Família, você e seus familiares serão acompanhados por um técnico do CRAS. Ele ou ela, será responsável pelas visitas a sua casa, pelos atendimentos individuais, pelos trabalhos de grupo e por todas as orientações e encaminhamentos necessários à sua família. Com essa proximidade com o técnico espera-se, além de construir uma relação de apoio, confiança e afetividade, possibilitar a troca de saberes e experiências, ampliar informações e desenvolver habilidades, que ajudem a superar dificuldades.

Todo esse percurso exige compromisso. A família e o técnico, precisam planejar juntos, onde, como e quando querem atingir suas metas e com quem precisam contar. É com esse objetivo que elabora-se o PIF. Cada família tem o seu, personalizado, onde estão indicados os principais desafios a serem superados no tempo do projeto.

Todo esse processo ficará registrado no livro da família.

Prezada família,

Na interação com o técnico de apoio, defina as necessidades e as demandas da unidade familiar que poderão encontrar respostas no Projeto, nas setoriais de governo e/ou na rede sócio/assistencial. As dimensões priorizadas serão acompanhadas na perspectiva de atingir os resultados desejados.



Dimensões do Projeto Priorizadas pela Família

1. Assinale a dimensão do Projeto priorizada pela família:

- a). Dinâmica familiar ()
- b). Saúde ()
- c). Educação ()
- d). Habitação ()
- e). Renda ()
- f). Assistência social ()
- g). Documentação ()

2. Assinale os aspectos priorizados por dimensão:

- 1). Relações intra e inter familiar ()
- 2). Violência domestica ()
- 3). Conflitos intra-familiares ()
- 4). Pessoas responsáveis pela manutenção da família ()
- 5). Pessoas que buscam soluções para os conflitos na família ()
- 6). Crianças com Cadernetas de Saúde, em dia ()
- 7). Grávida com acompanhamento do pré-natal ()
- 8). Mulheres em idade fértil com exame de Papanicolau ()
- 9). Pessoas diabéticas e/ou hipertensas na família ()
- 10). Família no Programa de Saúde da Família ()
- 11). Acondicionamento do lixo ()
- 12). Coleta de lixo ()

- 13). Higiene pessoal ()
- 15). Higiene da casa ()
- 16). Água utilizada pela família Sim ()
- 17). Refeições diárias na família ()
- 18). Crianças na Educação Infantil ()
- 19). Crianças, adolescentes no Ensino Fundamental ()
- 20). Crianças acima de oito anos alfabetizadas ()
- 21). Pessoas com deficiência com acesso a escola ()
- 22). Jovens e adultos em Programa de Alfabetização ()
- 23). Anos de estudo do responsável pela família ()
- 24). Situação legal da Habitação ()
- 25). Condições da Habitação ()
- 26). Localização da residência ()
- 27). Situação de renda própria da família ()
- 28). Transferência de renda para a família ()
- 29). Acesso aos serviços, programas, projetos sócio-assistenciais ()
- 30). Registro de nascimento ()
- 31). Carteira de identidade ()
- 32). Alistamento Militar ()
- 33). Cadastro de Pessoa Física-CPF ()
- 34). Carteira de Trabalho ()
- 35). Título de Eleitor ()



3. Situação inicial da família:

a). Dinâmica familiar:

b). Saúde:

c). Educação:

d). Habitação:

e). Renda:

f). Assistência social:

g). Documentação:

4. Indicador:

a). Dinâmica familiar: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()

b). Saúde: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()

c). Educação: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()

d). Habitação: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()

e). Renda: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()

f). Assistência social: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()

g). Documentação: Suficiente ()
Regular ()
Insuficiente ()





5. Acompanhamento do Plano de Providências:

a). Dinâmica familiar:

b). Saúde:

c). Educação:

d). Habitação:

e). Renda:

f). Assistência social:

g). Documentação:

6. Dimensões que tivemos êxitos:

7. Dimensões que não tivemos êxitos:

8. Desta forma, construa juntamente com o técnico de apoio o calendário deste acompanhamento:

Mês	1	2	3	4	5	6
Datas						
Pautas						
Abordagens						
Providências						

Mês	7	8	9	10	11	12
Datas						
Pautas						
Abordagens						
Providências						

Cara Família,

Se vocês não conseguiram atingir os 80% das metas pactuadas, renegociem com seu técnico de apoio e vejam a possibilidade de participar de mais um percurso no Projeto.

Se a família conseguiu atingir os 80% das metas pactuadas , PARABÉNS!

Participe dos serviços do PAIF, no CRAS.
Exija seus direitos sociais





Bibliografia



ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo.

ANDRADE, Priscilla ; MATIAS, Mariana. Trabalho social com famílias no âmbito da política de assistência Social. In: Brasil. **Curso de Formação de Multiplicadores**. Subprojeto 1. Curso de Formação de Multiplicadores e de Gerentes Sociais que atuam na Proteção Social não Contributiva e na Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação. Brasília: ENAP. 2007

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 7ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em: 14 jan.2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**-CRAS.Brásilia: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação dos serviços socio-assistenciais**. Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS**. Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia de Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília: MDS/SNAS 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 e Norma Operacional Básica –NOB/SUAS**, Brasília: MDS/SNAS, nov.2005.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742,de 7 de dezembro de 1993,publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Brasília:1999.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: Brasil. **Curso de Formação de Multiplicadores**. Subprojeto 1. Curso de Formação de Multiplicadores e de Gerentes Sociais que atuam na Proteção Social não Contributiva e na Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação. Brasília: ENAP. 2007.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; VEIGA, Laura da. O conceito de inclusão, dimensão e indicadores. **Revista Pensar BH: política social**. Belo Horizonte: SCOMPS / PBH, n. 10, p. 10-17, jun. 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Coord). **Avaliação: construindo parâmetros de ações socioeducativas**. São Paulo: CENPEC,2005.

CHIANCA, Thomaz. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2001.

CHILE. Chile Solidário. Programa Puente.

COLEMAN, JAMES. **Foundations of social theory.** Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery (Coord.) **Adolescência e psicologia: concepção, práticas e reflexões críticas.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia / Ministério de Saúde, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Livro das famílias: conversando sobre a vida e sobre os filhos.** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Sociedade Brasileira de Pediatria, 2005.

DREIFUSS, René A. **A época das perplexidades; mundialização, globalização e planetização: novos desafios.** Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Reges Chagas. (Des) Caminhos do Trabalho em grupo. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela et al. **Metodologias e técnicas do Serviço Social.** Brasília: Sesi-DN, 1996. p. 31-41.

OLIVIERI, Laura. A importância histórico-social das redes. (2003). Disponível em: <http://www.formacaoredefale.pbworks.com/.../A+Importância> Acesso em: 12 nov. 2009

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática.** 2.ed. Belo Horizonte: Vozes, PUCMINAS, 2002.

Revista Pensando Famílias. ano 1, nº 1. Porto Alegre: Centro de Terapia de Casal e Família, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1989.

SÃO PAULO (SP). **Cartilha de visita domiciliar: Programa Ação Família – viver em comunidade.** São Paulo: Secretaria Municipal de assistência e Desenvolvimento Social. SMADS, 2008.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operacional do Serviço Social na articulação entre demandas Sociais e projetos profissionais.** Brasília: Temporalis, ano II, nº 4, 2004.

VAITSMAN, Jeni. Monitoramento e avaliação de programas sociais – principais desafios. In: BRASIL. **Curso de Formação de Multiplicadores.** Subprojeto 1. Curso de Formação de Multiplicadores e de Gerentes Sociais que atuam na Proteção Social não Contributiva e na Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação. Brasília: ENAP. 2007.

